

Acção Socialista



N.º 1318 22 Dezembro 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

Entrevista a Humberto Rosa, secretário de Estado do Ambiente

“Este Governo já foi mais longe do que qualquer outro na reforma da política do ambiente”

Portugal encontra-se entre os potenciais cumpridores do protocolo de Quioto, afirma Humberto Rosa, destacando dados recentes da Agência Europeia de Ambiente. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o governante manifesta o “orgulho e satisfação pela “revolução tranquila” que tem vindo a ser feita em todas as áreas do ambiente.



18 - 19

Governo
Aprovado plano anticrise



2

Debate com o PM
Desigualdades sociais e pobreza diminuem em Portugal



5

Lisboa
Em 2009 arrancam mais 600 projectos



12

Nesta edição
Suplemento
“Europa”

XVI'09

CONGRESSO NACIONAL



27, 28 Fev. e 1 Mar.

Nave polivalente de Espinho

A todos os socialistas votos de Boas Festas

Governo aprova plano de investimento e na criação

Recuperar e modernizar mais de cem escolas, novos apoios à indústria das energias renováveis, mais e melhores auxílios públicos às exportações e às pequenas e médias empresas (PME) e um aumento na promoção e na qualificação do emprego são algumas das medidas que a reunião extraordinária do Conselho de Ministro (CM) aprovou de forma a enfrentar a crise financeira que começa a atingir o país, as famílias e a economia nacional. Ao todo o plano anticrise está orçamentado em 2180 milhões de euros.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

PERANTE o impacto que a crise financeira está a ter na economia real, o Governo português, articulado com os seus congéneres europeus, e depois do Conselho Europeu ter aprovado um plano de combate à crise para o conjunto dos 27 Estados-membros, acaba de aprovar em reunião extraordinária de Conselho de Ministros um plano de emergência tendente a contrariar o clima económico recessivo para o que se propõe injectar na economia do país cerca de 2,2 mil milhões de euros em financiamentos públicos.

Segundo o ministro Teixeira dos Santos, esta verba representa 1,25% do PIB, sendo que 1300 milhões de euros são financiados pelo Orçamento de Estado para 2009, o que poderá contribuir para um deslizamento do défice das contas públicas em cerca de 0,8% do PIB. Os restantes 880 milhões de euros provêm de financiamento europeu.

A iniciativa privada, por seu lado, também segundo cálculos adelantados pelo Governo, deverá participar neste programa voltado para o investimento e o emprego, investindo cerca de cinco mil milhões de euros.

Das medidas aprovadas nesta reunião extraordinária do CM, destacam-se áreas como o reforço do investimento público na educação, energias renováveis e redes tecnológicas, apoios às empresas e ao emprego e ainda reforço da protecção social.

Como sublinhou o primeiro-ministro, José Sócrates, a ajuda ao emprego "constitui a prioridade das prioridades no domínio das políticas sociais", razão pela qual o Governo aprovou um plano de ajudas públicas tendente a criar novos mecanismos que visam o investimento no emprego.

A par destes passos dados pelo Governo, uma outra novidade foi também anunciada no final desta reunião extraordinária do Conselho

de Ministros e respeita ao apoio que foi decidido dar às micro e pequenas empresas que vão poder beneficiar, já a partir do próximo ano de 2009, de uma redução na contribuição social por cada trabalhador com mais de 45 anos de idade.

Outra das medidas mais emblemáticas aprovadas refere-se à aposta na modernização de mais de cem escolas, iniciativa para que foram destinados cerca de 500 milhões de euros, dos quais 200 milhões provêm dos fundos europeus.

Mas outras iniciativas foram igualmente sancionadas, nomeadamente em relação ao sector energético, sobretudo no que respeita à construção de novas barragens, sector para onde serão canalizados fundos que rondarão 250 milhões de euros. O alargamento da rede de banda larga receberá, por seu lado, um apoio de 50 milhões de euros, área aliás, recorde-se, a que este Governo tem vindo a dedicar uma especial atenção. Perto de 800 milhões serão investidos para incentivar a economia, enquanto para o apoio específico ao emprego o plano aprovado pelo Governo prevê um investimento de cerca de 580 milhões de euros.

Sócrates sublinhou que estas medidas de combate à crise, que se juntam às outras entretanto já aprovadas pelo Governo, designadamente em relação à banca, ao crédito bonificado para as pequenas e médias empresas, no valor de 3150 milhões de euros, ao pagamento das dívidas do Estado, ao financiamento de 1250 milhões de euros às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, e a um conjunto de outros investimentos públicos entretanto já anunciados, como a nova rede ferroviária dos comboios de alta velocidade, as infra-estruturas rodoviárias, nomeadamente no nordeste transmontano ou as novas barragens.

Quanto às medidas de carácter social, tanto o primeiro-ministro, como o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva,



sublinharam que as iniciativas agora anunciadas e aprovadas em Conselho de Ministros visam, principalmente, agir por antecipação, prevenindo um eventual cenário da subida da taxa do desemprego.

Um plano sério que visa combater a crise

Ao aprovar este conjunto de iniciativas, o Governo está a reconhecer, como disse o primeiro-ministro no final desta reunião

extraordinária do Conselho de Ministros, que o impacto da crise financeira internacional na economia real é forte o que justifica que o assunto tenha merecido uma atenção redobrada.

Foi nesse sentido que o Executivo avançou com o programa que designou por "Iniciativa para o Investimento e Emprego", que compreende um conjunto de acções sustentadas em cinco eixos estruturais: modernização das escolas, energia sustentável,

modernização da infra-estrutura tecnológica, redes de banda larga de nova geração, apoio especial à actividade económica, exportações e PME e apoio ao emprego.

Em relação à actividade económica, sobretudo no que respeita às exportações e aos apoios às pequenas e médias empresas (PME), foram aprovadas um conjunto de iniciativas com impacto no Orçamento de Estado de cerca de 800 milhões de euros.

Neste programa está compreen-

combate à crise e aposta ção e defesa do emprego



didada uma linha de crédito que se destina prioritariamente à reestruturação industrial, um mecanismo de seguro de crédito à exportação, no valor de quatro milhões de euros, apoio ao financiamento de projectos de investimento privados na agricultura e na agro-indústria, criação de uma linha de crédito de apoio à exportação e competitividade da agricultura, nas áreas das pescas e agro-indústria, no montante de 175 milhões de euros, crédito fiscal ao investimento

em 2009, que poderá atingir 20% do montante investido e que será dedutível em quatro exercícios, e ainda autoliquidação do IVA na prestação de bens e serviços às Administrações Públicas de montante superior a cinco mil euros, aceleração do reembolso do IVA, baixando o seu limiar de 7500 para 3000 euros e redução do valor mínimo do pagamento especial por conta para mil euros.

Quanto ao emprego, para onde estão destinadas verbas que ronda-

rão os 580 milhões de euros, o programa prevê apoios à manutenção, criação e formação do emprego, estando ainda contemplado nesta iniciativa o alargamento da rede de protecção social.

Neste programa, entre outras novidades, está ainda previsto reduzir em três pontos percentuais as contribuições para a Segurança Social a cargo do empregador, nas micro, pequenas e médias empresas, para trabalhadores com mais de 45 anos de idade.

2180 MILHÕES DE EUROS

É o valor do plano anticrise aprovado pelo Conselho de Ministros extraordinário

580 milhões de euros
Apoio ao emprego

500 milhões de euros
Modernização de 100 escolas

280 milhões de euros
Energias renováveis

800 milhões de euros
Apoio às empresas

50 milhões de euros
Redes de banda larga de nova geração

285 milhões de euros
Manutenção de empregos

105 milhões de euros
Apoio aos jovens no acesso ao emprego

137 milhões de euros
Apoio regresso ao emprego

53 milhões de euros
Alargamento a protecção social

OUTRAS MEDIDAS

Redução temporária de 3 pontos percentuais nas contribuições para a Segurança Social em micro e pequenas empresas, para trabalhadores com mais de 45 anos

Criação de mais 12 mil estágios remunerados

Mais seis meses de subsídio social de desemprego

Nova linha crédito de dois mil milhões de euros para PME

Pagamento de 200 euros à contratação de jovens e desempregados de longa

duração ou isenção de três anos de contribuições para a Segurança Social

Pagamento especial por conta é reduzido em 250 euros. O imposto mínimo é agora de mil euros

Auto liquidação do IVA na prestação de bens e serviços às administrações públicas de montante superior a 500 euros

Apoios à instalação de painéis solares e microgeração. Antecipação de investimentos em infra-estruturas de transporte de energia.

BANCOS DEVEM REFORÇAR POLÍTICAS DE CRÉDITO

O PRIMEIRO-MINISTRO, José Sócrates, apelou aos bancos para que emprestem mais dinheiro às empresas e às famílias, agora que o Estado já deu garantias ao sector financeiro.

“Julgo que este é o momento adequado para fazer um apelo aos bancos para que reforcem as suas políticas de crédito e para que reforcem, se for caso disso, os seus capitais próprios para que possam servir a economia portuguesa”, afirmou.

José Sócrates falava no dia 15 no final da reunião de concertação social, onde o Governo e os parceiros sociais – centrais sindicais e confederações patronais – discutiram o plano anticrise, apresentado no sábado, após reunião de Conselho de Ministros Extraordinário.

O primeiro-ministro referiu que este apelo pretende reforçar as palavras do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, que no mesmo dia havia apelado para que os bancos emprestem mais dinheiro.

Entre as medidas que integram o plano anticrise e que custará 2,18 mil milhões de euros, dos quais 1,3 mil milhões de euros são financiados pelo Orçamento de Estado para 2009, José Sócrates destacou, uma vez mais, que o emprego “é a prioridade das prioridades” para o próximo ano.

“É um plano muito ambicioso no domínio do emprego mas que se espera vir a relançar a economia no próximo ano”, disse.

União Europeia avança plano contra a recessão

O PLANO da Comissão Europeia destinado a estimular e a fazer frente à recessão financeira e económica do Velho Continente foi na sua substância aceite e subscrito pelos 27 Estados-membros da União Europeia.

Para o primeiro-ministro, José Sócrates, trata-se de um plano bem pensado e útil, recordando que Portugal desde cedo manifestou o seu apoio à estratégia da Comissão Europeia de combate à crise financeira internacional, tanto mais que o plano europeu, diz Sócrates, “coincide na sua essência”, com a estratégia do Governo português que desde o início apontou para o reforço do investimento público como solução correcta para enfrentar a crise.

O programa da Comissão, disse ainda o primeiro-ministro, visa à escala europeia “lançar um movimento de investimento que permita reduzir o impacto da crise financeira nas nossas economias”, solução que coincide, disse, “com o nosso ponto de vista”, porque este é o momento em que muitos portugueses olham para o Estado à espera que ele aja, “e não que fique sentado à espera que a crise passe”.

Como sublinhou também a este propósito a chanceler alemã, Ângela Merkel, trata-se de um instrumento de grande importância estratégica no combate à crise financeira internacional que começa a atingir a Europa, mas que será gerido e posto em prática “segundo cada governo e tendo em vista os diferentes instrumen-



© Service photo Elysée - Laurent Blevenne

tos que cada país dispõe”.

O acordo estabelecido no seio dos 27 Estados-membros pretende que o esforço de relançamento da economia corresponda a um investimento público de cerca de 1,5% do PIB europeu, qualquer coisa como 200 mil milhões de euros, sendo condição assumida por todos que as medidas a aplicar possam ser coordenadas, apesar da especificidade de cada Estado, de modo a potencializar os seus efeitos, evitando, deste modo, como dizem, que novos obstáculos e problemas possam surgir.

A Comissão espera, por outro lado, que a maior parte deste “bolo” provenha dos orçamentos

nacionais, cerca de 170 mil milhões de euros, sendo os restantes 30 mil milhões financiados pelo Banco Europeu de Investimento, e pelo Fundo Europeu para a energia, alterações climáticas e infra-estruturas.

Os responsáveis políticos europeus aceitaram, por outro lado, recorrer a uma verba de cerca de 500 mil milhões de euros, dinheiros que não foram utilizados no orçamento agrícola, e que agora os líderes da UE pretendem canalizá-los para o investimento em tecnologias de informação.

Bruxelas autorizou, por outro lado, que os governos possam deixar de cumprir o Pacto de Es-

tabilidade, permitindo assim, pela primeira vez desde que o euro foi instituído, que os países europeus saneiem mais tarde as suas contas públicas, sublinhando, todavia, que esta autorização só permite que o défice ultrapasse “ligeiramente os 3%”.

Sócrates satisfeito com plano europeu

Outras das medidas aprovadas respeita à simplificação da canalização dos fundos comunitários para os 27 países-membros, nomeadamente em relação ao Fundo Social Europeu, ao Fundo Agrícola Europeu para o Desenvolvimento

Rural, para além de outros fundos estruturais, que a Comissão reconhece necessitarem de ser injectados de forma mais célere de maneira aliviar as economias dos Estados.

Finalmente a Comissão Europeia deu aos Estados-membros a liberdade de reduzirem ou não a taxa do IVA e remeteu para o Conselho dos ministros da economia, (ECOFIN) uma decisão final sobre esta matéria.

O primeiro-ministro José Sócrates, a propósito das posições assumidas pelos líderes europeus, lembrou que reforçar o investimento público “é a maneira mais directa de ajudar a economia portuguesa no próximo ano”, mas é também a forma mais cuidada e adequada de promover o quadro de referências do investimento privado.

Para Sócrates, o investimento é talvez a componente que mais falta faz para que a economia portuguesa possa recuperar, recordando por isso, que o seu Governo apoia o reforço do investimento público, “não só em Portugal, mas em toda a Europa”, sublinhando, por isso, que a coordenação das políticas económicas europeias “é uma boa notícia”.

Finalmente, o primeiro-ministro defende que não há nenhuma razão para que o Governo altere os cenários macroeconómicos que “fundamentam o Orçamento do Estado”, lembrando que este ano o défice orçamental vai situar-se nos 2,2% e que Portugal “vai ser um dos poucos países na Europa que mantém, tal como previsto, o seu défice orçamental”. R.S.A.

Consumidores vão poder impedir mensagens de valor acrescentado

NO ÂMBITO das políticas que têm vindo a ser desenvolvidas em defesa dos direitos dos consumidores, o secretário de Estado do Comércio, Fernando Serrasqueiro anunciou mais uma medida nesta matéria que permitirá aos cidadãos poder barrar nos seus telemóveis o envio de mensagens por parte de serviços de valor acrescentado e exercer “direito de oposição” face à recepção de mensagens SMS publicitárias.

“O Governo definiu a possibilidade de barramento das mensagens provenientes de serviços de valor acrescentado sempre que tal for solicitado pelo consumidor”, afirmou no final do Conselho de Ministros de dia 18.

Ainda de acordo com o secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, o Executivo do PS legislou sobre as mensagens SMS de marketing, criando para o efeito uma lista nacional, que estará sediada na Direção-Geral do Consumidor e na qual



estará consagrado “o direito de oposição”.

Quem se inscrever nessa lista nacional, explicou, “poderá recusar todas as mensagens de cariz publicitário ou de marketing”.

“Muitos consumidores respondem inadvertidamente sem saberem que esse tipo de adesões consubstancia um contrato continuado com prestações regulares de pagamento”, frisou.

Fernando Serrasqueiro afirmou ainda que o Governo decidiu “clarificar muito especificamente as votações feitas através de SMS, assim como as obrigações que o operador que utiliza esse sistema se obriga perante o consumidor”.

Assim, disse, “o operador passa a ser obrigado a dar-nos resposta em relação ao concurso que nós fomos parte, dando-nos o resultado final”.

Segundo o secretário de Estado, parte das medidas agora aprovadas pelo Governo já existiam para o audiotexto, “mas havia uma lacuna em relação às mensagens SMS”.

Portugal baixa taxa das desigualdades sociais e diminui pobreza



A POBREZA e as desigualdades sociais estão a diminuir em Portugal desde 2007, garantiu o primeiro-ministro, José Sócrates durante o debate quinzenal na Assembleia da República, dominado pelas questões económicas e sociais.

Esta garantia é confirmada pelos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), que referem que, enquanto em 2004 e 2005 os 20% mais ricos ganhavam 6,9 vezes mais do que os 20% mais pobres, os dados de 2007 já apontam para que os 20% mais ricos “apenas ganharam 6,5 vezes mais do que os 20% mais pobres”, garantindo o primeiro-ministro que os dados de 2008 ainda vão mostrar uma maior diminuição entre os mais ricos e os mais pobres em Portugal.

Perante esta realidade, já confirmada oficialmente pelos dados do INE, José Sócrates não resistiu a dizer que agora “muita gente terá de morder a língua”, referindo-se àqueles “que andavam a dizer que as desigualdades estavam a aumentar em Portugal”.

Para além da revelação destes dados, o debate quinzenal com o pri-

meiro-ministro ficou ainda marcado pelas críticas que José Sócrates dirigiu aos partidos da oposição, sobretudo ao PSD, acusando-o de ter uma postura crítica “sem absolutamente nenhum critério” quanto às sucessivas medidas de carácter económico e social que o Governo tem vindo a apresentar, lembrando o primeiro-ministro que continua à espera “das medidas alternativas que um partido com vocação de poder, como o PSD, tem obrigação de apresentar ao país”.

“O nosso plano de combate à crise”, disse José Sócrates, é ambicioso, “sobretudo no domínio do emprego”, e a isto “chama-se agir” e não ficar sentado “à espera que a crise passe”. Os nossos cálculos, acrescentou, “dizem-nos que podemos salvar muitos empregos com este plano de acção”, que tem mais investimento público, mais apoio às empresas e às famílias” e que está a potenciar, garantiu, o investimento público para fazer face a uma das mais sérias crises que aí vem”.

Em relação ao CDS/PP, o primeiro-ministro sublinhou que o

complemento solidário para idosos vai subir 3,3 % já em 2009, reforçando a ideia de que o objectivo do Governo é que os idosos passem a ter um rendimento mínimo, com as pensões e o complemento, de 413,33 euros, o que anualmente vai corresponder a 4960 euros.

Sócrates recusou por isso a crítica que o partido mais à direita no Parlamento fez ao Governo, recordando que o valor mínimo do rendimento dos mais velhos era em 2008 de cerca de 4800 euros anuais e que a partir do próximo ano será aumentado em mais 160 euros.

Dizer que este Governo não tem desenvolvido políticas de apoio aos mais pobres e aos mais idosos, afirmou o chefe do Executivo, “é não só uma enorme demagogia, como também uma forma preocupante e criticável de fazer política”.

Para além de responder às críticas dos partidos da oposição, Sócrates veio também anunciar algumas novidades, designadamente o aumento do capital social da Caixa Geral de Depósitos em mil milhões de euros.

Esta medida justifica-se, disse ain-

da o chefe do Governo, no sentido de dotar o banco público, numa primeira fase, com a capacidade necessária para poder “emprestar dinheiro à economia portuguesa”, realçando o primeiro-ministro que “nunca como agora o país precisou tanto do banco público”.

O debate ficou ainda marcado pela acusação do primeiro-ministro às bancadas do PCP e do Bloco de Esquerda, acusando-os de “cegueira e de sectarismo” pelas críticas aos planos do Governo contra a crise financeira internacional.

Neste sentido, o primeiro-ministro classificou como indignas e despropositadas as críticas ao apoio do Estado na revitalização financeira dos bancos, como sendo “apenas uma ajuda aos banqueiros”, considerando que esta análise mais não representa do que uma opinião “absolutamente lamentável e demagógica”.

Como é possível que alguém sustente até à exaustão que esta iniciativa tenha como preocupação o apoio aos banqueiros, disse, quando o único objectivo foi assegurar a estabilidade dos bancos “em nome

“Só por cegueira ou sectarismo é que se pode criticar as medidas do Governo de combate à crise”

“A direita está mal informada. Os idosos e pensionistas da pensão mínima vão receber um rendimento (com as pensões e o complemento) de 413,33 euros, o que anualmente dará 4960 euros”

“O senhor deputado (Paulo Portas) quis fazer de Pai Natal neste debate e dizer que se estivesse no Governo dava tudo a toda a gente. Não é uma pose mais sóbria que disfarça a demagogia”

“As medidas do Governo em relação aos bancos visam assegurar e garantir o apoio à economia, ao emprego e às famílias”

JOSÉ SÓCRATES

da economia, do emprego e das famílias”, de modo a que o crédito pudesse continuar a ser dado.

Antes da intervenção do primeiro-ministro, falou o líder da bancada parlamentar socialista, Alberto Martins, a quem coube abrir o debate quinzenal. Após acentuar e elogiar “as medidas positivas do Governo” no combate à crise, enalteceu a postura do Executivo “por recusar a ideia dos braços caídos” enfrentando a crise financeira internacional e os problemas que ela trouxe à economia real portuguesa “com um conjunto de soluções e de medidas” que muito orgulham o PS.

Alberto Martins disse ainda que a ameaça da recessão “exige respostas rápidas e eficazes”, sublinhando que as decisões do Governo “foram ao encontro do que é exigido”, congratulando-se ainda pelo caminho seguido pelo Executivo socialista ao ter intervindo desta forma, “dando assim confiança ao sistema financeiro e ao estado social”.

É este o caminho, disse, “do PS e da esquerda que nós estamos a construir”. R.S.A.

Docentes perto da reforma dispensados da avaliação

TODOS os professores que estiverem em condições de pedir a reforma nos próximos três anos serão dispensados da avaliação de desempenho, se assim pretendem, anunciou a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, em conferência de Imprensa, no final do Conselho de Ministros de dia 17.

Além destes docentes, também os professores contratados pelas escolas para leccionar áreas profissionais, tecnológicas e artísticas, que não estejam integrados em qualquer grupo de recrutamento, poderão igualmente pedir a dispensa da avaliação.

Nesta situação estão sobretudo os técnicos especializados que foram contratados pelos estabelecimentos de ensino para leccionar em cursos profissionais, como hotelaria, culinária ou mecânica, por exemplo, não pertencendo aos quadros.

Segundo a ministra Maria de Lurdes Rodrigues, estas novas alterações ao modelo de avaliação de desempenho, que acrescem às medidas já anunciadas no final de Novembro, têm também como objectivo simplificar o processo e “diminuir a sobrecarga de trabalho nas escolas”.

“Depois de ouvidos os conselhos executivos, os sindicatos e os órgãos consultivos, foi identificada mais esta área onde ainda era possível simplificar”, disse.

A medida está prevista no decreto regulamentar aprovado em Conselho de Ministros e que estabelece as regras para o primeiro



ciclo de avaliação de desempenho, que ficará concluído no final de 2009.

Para este regime transitório, o Governo deixou de considerar os resultados escolares dos alunos como critério para a avaliação dos professores, assim como a observação de aulas e toda a componente científico-pedagógica, excepto para os docentes que ambicionem obter as classificações de Muito Bom e Excelente.

O decreto, que aprova as medidas anunciadas pelo Governo no mês passado, estabelece ainda a possibilidade de os professores serem avaliados por colegas da mesma área disciplinar, desde que o requeiram, não sendo necessária

a realização de reuniões com os avaliadores, sempre que haja acordo sobre os objectivos individuais ou as classificações a atribuir.

Na conferência de imprensa, Maria de Lurdes Rodrigues reiterou que estão reunidas as condições para que o processo possa concretizar-se este ano, salientando que cabe aos conselhos executivos assegurar que todos os professores serão avaliados.

E considerou que “não é aceitável que os órgãos de gestão das escolas se recusem a fazer a avaliação”.

Por outro lado, a ministra da Educação adiantou que o Governo voltará a negociar com os sindicatos o modelo de avaliação de desempenho no final deste ano

lectivo, como estava previsto no memorando de entendimento assinado em Abril, estando disponível, nessa altura, para introduzir novas alterações.

“Abriremos as negociações com os sindicatos para que se possa analisar as condições de aplicação da avaliação e estudar se este modelo precisa apenas de ajustamentos ou se precisa de uma revisão mais profunda. Bater-me-ei para que sejam mantidos os princípios de uma avaliação com consequências, neste ou noutro modelo”, disse.

Governo quer professores colocados por quatro anos

O Conselho de Ministros apro-

vou uma alteração à regra do concurso dos docentes, tendo prorrogado o período das colocações que passam de três para quatro anos.

Com esta iniciativa o Governo pretende reforçar e aumentar a estabilidade da vida dos professores nos estabelecimentos de ensino.

A nova regra passará a vigorar já em 2009, o que equivale a dizer que os docentes que vão ser colocados no próximo ano num determinado estabelecimento de ensino terão de permanecer nessa escola até 2013.

O Governo lembra que a dilatação para quatro anos do prazo das colocações era algo que já estava previsto desde 2006, precisamente na altura em que foi aprovado o decreto-lei que acabou com os concursos anuais.

O diploma aprovado em Conselho de Ministros determina, por outro lado, a extinção dos chamados quadros de zona pedagógica, integrando de forma gradual os cerca de 35 mil professores que aqui desempenham as suas funções, nos quadros de agrupamento.

As alterações introduzidas vão ainda no sentido de acabar com as colocações cíclicas, que serviam para garantir a substituição dos professores que se reformavam ou entravam de baixa médica, passando estas substituições temporárias a ser preenchidas por docentes que vão integrar as bolsas de recrutamento de que farão parte todos os docentes que ficarem de fora dos concursos de colocação e aos quais as escolas poderão recorrer sempre que necessário.

ÁLVARO ROCHA CANDIDATO À CÂMARA DE IDANHA-A-NOVA

FOI num jantar com mais de 500 participantes que Álvaro Rocha confirmou a sua recandidatura à presidência da Câmara de Idanha-a-Nova, reafirmando que os compromissos são para levar até ao fim. O presidente da Federação distrital de Castelo Branco, Joaquim Morão, apelou à eleição de Álvaro Rocha, um autarca que tem feito exemplarmente o seu trabalho e que tem uma perspectiva para o concelho de Idanha-a-Nova. Para além das intervenções do líder da JS de Idanha-a-Nova, João Galdes, e do deputado Jorge Seguro Sanches, estiveram presentes vários e numerosos autarcas e dirigentes distritais do PS. Entre eles estavam Armando Jacinto, vice-presidente da Câmara, Joaquim Soares e Idalina Costa, vereadores da Câmara Municipal, bem como Francisco Afonso Costa, presidente da Assembleia Municipal.

Para além do líder distrital da JS, Artur Patuleia, João Dionísio (de Idanha-a-Nova), António Dias Lopes e Luis Correia todos do Secretariado da Federação Distrital também estiveram presentes, neste jantar de Natal marcante para este concelho do distrito de Castelo Branco.



Mais de três mil socialistas no almoço de Natal de Celorico de Basto

O PARTIDO Socialista de Celorico de Basto realizou um mega-almoço de Natal que contou com a presença de mais de três mil pessoas.

A iniciativa contou, entre muitas outras individualidades, com a presença do presidente da Câmara de Fafe, José Ribeiro, do presidente da Federação de Braga, Joaquim Barreto, e do presidente da Concelhia do PS de Celorico de Basto, Manuel Lopes Machado.

Para José Ribeiro, este evento é um “sinal de credibilidade e de confiança que os celoricenses depositam no PS”.

Já o líder socialista em Celorico de Basto, depois de agradecer aos organizadores do que classificou “como o maior evento político de toda a região”, lembrou a tentativa de boicote da Câmara Municipal, de maioria PSD, da cedência ao PS do Pavilhão Multiusos, facto que



“veio reforçar a convicção de que todos os boicotes que tiveram lugar em todo o concelho por parte da Câmara Municipal e dos seus seguidores mais fanáticos tiveram como uma única resposta a vinda de mais pessoas do que em qualquer dos últimos anos em que esta iniciativa se tem realizado”.

A resposta a este como a todos os outros boicotes reforça a “convicção

da necessidade da mudança em Celorico de Basto”.

Outra das críticas que Manuel Lopes Machado fez ao edil de Celorico de Basto diz respeito à circunstância do presidente e a sua equipa

terem optado por integrar a Comunidade Urbana do Tâmega/Sousa, facto que o dirigente socialista considera ter sido uma “opção que tem que ser corrigida”.

Nesta festa foram distribuídos os tradicionais Pais-Natal e um questionário elaborado pela equipa que está a construir o projecto autárquico para que os celoricenses contribuam com as suas opiniões. R.S.A.

Despesa em I&D em Portugal com maior crescimento na Europa

Portugal foi o país europeu em que a despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D) mais cresceu entre 2005 e 2007, passando esta a representar globalmente, e pela primeira vez, 1,2% do PIB nacional. Ou seja, 1920 milhões de euros, quando em 2005 era de 1201 milhões de euros.

COM o Governo do PS, Portugal iguala os níveis já atingidos por Espanha, 1,2% do PIB, está próximo dos da Irlanda, 1,3%, e são superiores aos de Itália, que representam 1,1%.

Os dados, ainda provisórios, divulgados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, referem-se aos resultados do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) referente a 2007, que foram publicados pelo Gabinete de Planeamento e Estatística – GPEARI, do Ministério em questão, estando as respectivas comparações europeias disponibilizadas através do sítio oficial da Internet do Eurostat.

O crescimento da despesa em I&D foi verificado sobretudo pelas empresas, que mais que duplicaram essa despesa no período referido, tendo atingido 0,61% do PIB e 988 milhões de euros em 2007, e ultrapassam, também pela primeira vez, o total de despesas em I&D nas restantes instituições.

Os dados mostram ainda um acréscimo inédito em Portugal do número de empresas com actividades de I&D, que passou de cerca de 930 em 2005 para mais de 1500 em 2007.

Este aumento inédito da despesa

privada em I&D reflecte o esforço do sector privado em acompanhar o desenvolvimento científico e a capacidade tecnológica instalada em Portugal, estando, pelo menos, parcialmente relacionado com a reintrodução e aperfeiçoamento no início desta legislatura, no Verão de 2005, do sistema de incentivos fiscais à I&D pelas empresas (SIFIDE).

De facto, 527 empresas candidataram-se ao SIFIDE entre 2006 e 2007, enquanto eram apenas 395 empresas entre 1997 e 2003, sendo que a despesa média anual de I&D declarada ao SIFIDE atingiu cerca de 260 milhões de euros a partir de 2006, enquanto era apenas de cerca de 100 milhões de euros até 2003, altura em que o antigo sistema de incentivos fiscais foi interrompido.

Mas o aumento da despesa em I&D reflecte também a prioridade política ao desenvolvimento científico e tecnológico e ao Compromisso com a Ciência do Governo e cumpre metas fixadas para esta legislatura.

Mais investigadores

Em particular, foi acompanhado por um reforço do número de investigadores na população activa, o



Despesa total em investigação aumenta 51% e atinge nível de Espanha

qual passou de 3,8% em 2005 para 5% em 2007, com um valor global que duplicou em dez anos – passou de cerca de 14 mil investigadores em equivalente a tempo integral (ETI), em 1997 para cerca de 28 mil em 2007, dos quais são 44%

mulheres, uma das percentagens mais elevadas na União Europeia.

O número de investigadores no sector Empresas, mais do que duplicou entre 2005 e 2007, tendo passado de cerca de 4 mil para 8,6 mil nesse período.

PS satisfeito que obras do Bolhão passem para as mãos do Ministério da Cultura

FRUTO de inúmeras movimentações empreendidas, não só por parte dos responsáveis socialistas do Porto mas por muita gente anónima e por associações de defesa do património da cidade, a Câmara Municipal do Porto deu o dito por não dito e acabou por voltar com a palavra atrás acabando por optar, não pelo caminho da demolição do Mercado do Bolhão, como inicialmente pretendia, mas antes pela sua recuperação e salvaguarda.

Na perspectiva do PS/Porto, esta atitude é a mais acertada, e vem ao encontro do que sempre defendeu, aconselhando que a partir de agora as obras de recuperação se iniciem o mais rápido possível, não só porque o edifício se encontra num estado de degradação muito adiantado, mas também “por se tratar de um imóvel de interesse público”.

Os socialistas recordam que este protocolo só agora foi assinado pela falta de capacidade de gestão do presidente da Câmara Municipal do PSD, Rui Rio, que primeiro tentou entregar o Bolhão a privados e agora finalmente vem colocá-lo nas mãos do Ministério da Cultura.



Com a assinatura deste protocolo, diz ainda o PS/Porto, fica acautelada a preservação do património arquitectónico e da finalidade

deste edifício, marco importante da cidade e que, nessa qualidade, esteve em perigo, num duro braço de ferro que o presidente da Câ-

mara do Porto teimosamente manteve contra a cidade e contra aqueles que fazem todos os dias do Bolhão o seu modo de ganhar a vida e também um modo muito próprio de estar na vida enobrecendo a cidade.

Rui Rio retrocede agora tacticamente, diz o PS, porque percebeu o peso que a manutenção deste conflito com os cidadãos poderia ter nas próximas eleições autárquicas, remetendo para 2010 as obras de recuperação do Bolhão.

Os socialistas do Porto dizem, por outro lado, que vão manter-se vigilantes ao lado das forças vivas da cidade, não admitindo manobras dilatatórias e lutando sempre pela prossecução do objectivo de recuperação e reabilitação do Mercado do Bolhão, que dizem ter sempre defendido e para o qual, recordam, “durante o mandato de Fernando Gomes à frente da autarquia foi realizado um projecto da autoria do arquitecto Joaquim Massena”.

O PS congratula-se com o resultado agora alcançado e diz que a partir de agora não admitirá retrocessos, “nem manobras de diversão por parte de Rui Rio”. R.S.A.

Expansão da Portela é necessária para o sucesso do novo aeroporto

OS INVESTIMENTOS que estão a ser efectuados na expansão do aeroporto da Portela, orçados em 380 milhões de euros, são necessários para assegurar o “sucesso” do novo aeroporto internacional de Lisboa, defendeu o ministro das Obras Públicas.

Mário Lino, que falava durante a cerimónia de apresentação das novas infra-estruturas para gestão de bagagens e carga do aeroporto de Lisboa, sublinhou que o plano de expansão desta infra-estrutura permitirá que a transição para o novo aeroporto “seja feita nas melhores condições”.

Este investimento “é uma condição de sucesso do futuro aeroporto”, considerou o ministro, referindo que o plano de expansão da Portela, que teve início em 2006 e que estará concluído em 2011, permitirá a “competitividade e a eficiência” do equipamento até à abertura do novo aeroporto, que está prevista para 2017.

“Não podemos correr o risco de perder tráfego, de perder clientes. O aeroporto da Portela tem que se manter o mais eficiente possível até que o novo aeroporto arranque”, disse, acrescentando que “este aeroporto tem que ir a grande velocidade para entregar o testemunho ao novo aeroporto em boas condições”.



O plano de expansão desta infra-estrutura permitirá que a transição para o novo aeroporto “seja feita nas melhores condições”

A ANA – Aeroportos de Portugal inaugurou na semana passada o novo complexo de carga, um investimento de 25,25 milhões de euros, que vai

permitir aumentar a capacidade de 80 mil para 100 mil toneladas por ano, existindo margem para assegurar até 150 mil toneladas por ano.

APOSTA NA PROMOÇÃO DOS VINHOS NACIONAIS



ENTRE três a quatro milhões de euros é quanto o Ministério da Agricultura vai investir na promoção internacional dos vinhos portugueses, valor que pode atingir 30 milhões de euros se a produção for toda escoada.

O anúncio foi feito pelo ministro da Agricultura, do Desenvolvimento e das Pescas, Jaime Silva, que disse haver “um programa com muitos milhões de euros”, para que em 2009 a promoção dos vinhos nacionais seja feita nas grandes feiras internacionais, em mostras específicas e com lançamento de livros sobre os vinhos portugueses. Porque, explicou, “é aí que passa de facto a divulgação e promoção” dos produtos vitivinícolas nacionais.

“Nós, em média, tínhamos três a quatro milhões de euros na promoção. Podemos ter entre 20 a 30 milhões, se tivermos um mercado bem gerido, e um mercado bem gerido é todo o vinho que produzirmos ser escoado no mercado”, acrescentou.

Mercado que, especificou, engloba países como Estados Unidos, a Alemanha, Reino Unido, Rússia, China ou Índia.

Balcão sénior e call center nacional da Segurança Social

PARA dar informações sobre Segurança Social e pensões de reforma, o Governo do PS vai lançar um “call center” nacional, anunciou o secretário de Estado, Pedro Marques, em Albergaria-a-Velha, durante a apresentação do “balcão sénior”, um serviço dirigido à população idosa e localizado nas juntas de freguesia.

Trata-se de uma medida englobada no processo de modernização administrativa que a tutela tem estado a incrementar e que incluiu a Segurança Social directa na Internet, que já registou, desde a sua criação em 2005, cerca de sete milhões de acessos.

O “balcão sénior” é um projecto que resultou da parceria entre a Agência para a Modernização Administrativa, o Instituto de Segurança Social, o Centro nacional de Pensões e juntas de freguesia com o objectivo central de aproximar os serviços públicos da população idosa.

Visando garantir também um atendimento integrado, o balcão sénior vai “colocar as novas tecnologias ao serviço dos mais velhos”, conforme referiu Eduardo Cabrita,



secretário de Estado adjunto e da Administração Local, também presente na ocasião, juntamente com Maria Manuel Leitão, secretária de Estado da Modernização Administrativa, autarcas e dirigentes da Administração Pública.

Para Eduardo Cabrita, o balcão sénior “concentra a estratégia do Governo de simplificação administrativa, de descentralização, e de utilização do plano tecnológico, enquanto instrumento de coesão social e de igualdade”.

Criado com carácter experimental nas freguesias de Alquerubim, em Albergaria-a-Velha, Padronelo, Amarante, e S. Teotónio, Odemira, o “balcão sénior” vai estar em testes até ao Verão, fornecendo também informações na área da saúde e dos tempos livres.

A evolução deste projecto apresentado por Maria Manuel Leitão será determinado pelos resultados do modelo nas três freguesias-piloto, segundo referiu a secretária de Estado.

Primeiro-ministro inaugura comboio eléctrico do Barreiro

O INVESTIMENTO público no comboio eléctrico na linha do Sado representa um acto de “justiça para com os cidadãos do Barreiro”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates.

“Eu sei perfeitamente o que isto significa para muita gente. Há mais de duas décadas que se esperava por este investimento. É por isso que este investimento merece que eu aqui esteja, para assinalar a justiça que hoje o Estado português faz com os cidadãos do Barreiro”, disse José Sócrates.

O primeiro-ministro, que se encontrava acompanhado do ministro das Obras Públicas, Mário Lino, e da secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula, sublinhou que este é um investimento público que irá proporcionar “melhor qualidade de vida aos cidadãos do Barreiro e da Área Metropolitana de Lisboa”.

José Sócrates falava no passado dia 14 a cerca de duas centenas de pessoas que assistiram à cerimónia de inauguração do novo comboio eléctrico da Linha do Sado no terminal ferroviário e fluvial do Barreiro.

O ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, reafirmou que, apesar das críticas, o Governo “não desiste e não suspende as obras nacionais de modernização do país”, como a alta velocidade, o novo aeroporto e as novas concessões.

Depois de presidir à cerimónia



no terminal ferroviário e fluvial do Barreiro José Sócrates seguiu de viagem no novo comboio eléctrico, em direcção a Setúbal.

O périplo de José Sócrates no distrito de Setúbal terminou com uma reunião com os parceiros sociais, para abordar problemas e questões

relacionados com o distrito, que teve lugar no Governo Civil de Setúbal.

Mais qualidade de vida

Presente na cerimónia, o presidente da Federação de Setúbal do PS, Vítor Ramalho, disse ao “Acção So-

cialista” que “este é um investimento há muito esperado, há precisamente dez anos que se falava na sua execução”, salientando que o facto de “ter sido agora inaugurado, em tempo de crise internacional, é uma boa prenda para os barreirenses”.

Vítor Ramalho referiu ainda que

“a electrificação da linha do Barreiro ao Pinhal Novo encurtará significativamente, em mais de 20 minutos, o tempo da viagem do Barreiro a Setúbal, o que permitirá importantes ganhos em termos de qualidade de vida” aos cidadãos que utilizam este meio de transporte. J. C. C. B.

5 perguntas a Vítor Ramalho, presidente da Federação de Setúbal

“Aeroporto de Alcochete aproxima mais Portugal do mundo”

VÍTOR Ramalho congratula-se com os muitos projectos programados e em execução no distrito de Setúbal, defende o reforço do investimento público para combater a “séria” crise económico-financeira internacional e considera que o novo aeroporto de Alcochete vai aproximar mais Portugal do mundo.

Quais os principais benefícios que irá trazer para a Margem Sul a recém-inaugurada linha eléctrica ferroviária Barreiro-Pinhal Novo?

Ganha-se tempo ao tempo, num mundo onde não há tempo para perder tempo. Setúbal passa a ficar muito mais perto do Barreiro e vice-versa.

Do seu ponto de vista, quais os principais impactos que trará o projectado aeroporto de Alco-

chete para o distrito de Setúbal?

Aproxima mais Portugal do mundo, porque interliga a relação marítima euro-atlântica dos portos de Setúbal e Sines com a futura plataforma logística do Poceirão e as novas vias ferroviárias e permite o reforço de uma estratégia ibérica. Não são coisas menores.

No contexto da estratégia montada para o seu distrito, como vê a aposta no porto de Sines?

Sines é um porto de águas profundas, porto de entrada e de saída, por via marítima, do Atlântico e âncora para o fluxo da relação comercial com o espaço da UE através da ferrovia projectada.

Das medidas anunciadas, programadas e em execução no distrito de Setúbal, quais as que destacaria?

Muitas – o metro ao Sul do Tejo,

a plataforma logística do Poceirão, o novo aeroporto, a 3ª travessia do Tejo o equipamento da fábrica da Portucel, os empreendimentos turísticos em Tróia, a ligação do IP8 de Sines a Beja, e os investimentos de vulto na plataforma industrial de Sines.

Porque é que na sua opinião na actual conjuntura económico-financeira internacional é necessária uma maior aposta no investimento público e no apoio à iniciativa privada?

A crise é séria, grave e profunda e será prolongada: constrangimentos da liquidez implicam, sob pena de um ciclo vicioso, injeções de capital e estes têm de ser estimulados pelo Estado, para arrastar o investimento privado. Este ponto e o reforço do ideário do socialismo democrático, única alternativa de futuro, são essenciais. O risco em que estamos é sério, repito.



Semana Simplex

500 medidas de simplificação administrativa já estão concluídas

No momento em que se concluem 500 medidas de simplificação administrativa, o Governo pretende dar a conhecer novas iniciativas para reduzir a burocracia para os cidadãos e os custos de contexto para as empresas, facilitando a relação de todos, cidadãos e empresas, com os serviços públicos.

É neste contexto que decorreu de 15 a 20 de Dezembro um conjunto de iniciativas de simplificação administrativa, legislativa e da administração electrónica, a Semana Simplex.

Ao longo desta Semana Simplex, foi mostrada a evolução de algumas medidas anteriormente anunciadas, cujo desenvolvimento tem beneficiado cidadãos, empresas e Administração Pública.

Assim, na segunda-feira, dia 15 de Dezembro, de manhã, na Câmara Municipal de Matosinhos foi feita a apresentação do calendário de abertura das novas Lojas de Cidadão de 2.ª Geração e assinatura do protocolo com a primeira autarquia desta nova série de

20 novas Lojas: o município de Matosinhos.

A cerimónia, que foi presidida pelo ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, contou com a presença da secretária de Estado da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques.

À tarde, nas instalações da Associação Empresarial de Portugal, na Exponor, foram apresentados e demonstrados os novos serviços online disponíveis no Portal da Empresa: a firma-online e o serviço on line de suporte ao novo regime do licenciamento industrial.

A cerimónia, presidida pelo primeiro-ministro, José Sócrates, contou com as presenças do ministro da Presidência e da secretária de Estado da Moder-

nização Administrativa.

Na terça-feira, dia 16, à tarde, na Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, foi apresentado o Balcão Sénior. Na ocasião, foi também assinado um protocolo com as três juntas de freguesia onde este projecto-piloto começará a funcionar: Juntas de Freguesia de Alquerubim (Albergaria-a-Velha), Padronelo (Amarante) e São Teotónio (Odemira).

O Balcão Sénior, que tem como principal objectivo tornar mais próximos os serviços públicos das pessoas mais idosas, possui serviços e informações relacionadas com a segurança social, saúde e outros de importância para o idoso tais como transportes, apoio social, lazer ou serviços como marcação de ambulâncias para transporte de doentes, marcação e pedido de apoio domiciliário, serviços municipais para seniores.

Na quarta-feira, dia 17 de Dezembro, de manhã, nas instalações da Presidência do Conselho de Ministros, foi

assinado um protocolo para a criação do Sistema de Informação para a Gestão de Reclamações, Elogios e Sugestões (SIRES), numa cerimónia presidida pela secretária de Estado da Modernização Administrativa.

No mesmo dia, de manhã, nas instalações do Turismo de Portugal, foi mostrada a utilização do Cartão de Cidadão na modernização do Turismo de Portugal. Esta cerimónia contou com as presenças dos secretários de Estado da Modernização Administrativa e do Turismo. À tarde, na biblioteca da Imprensa Nacional Casa da Moeda, foram apresentadas as novas funcionalidades e os novos conteúdos do "Diário da República" Electrónico, numa sessão que contou com as presenças dos secretários de Estado da Modernização Administrativa e da Presidência do Conselho de Ministros.

Na quinta-feira, dia 18 de Dezembro, no Centro Cultural de Belém, de manhã, foi



apresentada a Rede Comum de Conhecimento. Trata-se de um projecto que visa promover mais inovação e troca de ideias e conhecimento entre todos os níveis da Administração Pública (central, regional e local), outras entidades, como Universidades e empresas, e ainda as Administrações de países de língua oficial portuguesa. Repositórios de boas práticas, fóruns colaborativos com ferramentas web 2.0 serão criados e disponibilizados nesta rede. Poderá ser consultada numa primeira versão no site www.rcc.gov.pt. A conferência foi presidida pela secretária

de Estado da Modernização Administrativa.

A fechar esta semana dedicada a simplificação administrativa, hoje, dia 19, de manhã, na Câmara Municipal de Lamego, foi assinado um protocolo de adesão ao Simplex Autárquico de 20 novos municípios das Associações de Municípios do Vale de Douro, Norte, Sul e Superior. A cerimónia, que foi presidida pelo ministro da Presidência, contou com a presença da Secretária de Estado da Modernização Administrativa e do secretário de Estado Adjunto e da Administração Local.

ESTADO E EMPRESAS SÃO ALIADOS

O ANO 2009 será ano de "tempos difíceis", que exigem "o melhor de todos, empresários e Administração Pública", disse o primeiro-ministro, José Sócrates, sublinhando que o Estado, as empresas e os empreendedores são "aliados e amigos".

José Sócrates, ao intervir numa sessão de apresentação do Simplex na sede da Associação Empresarial de Portugal (AEP), em Matosinhos, defendeu que para fazer face a estes "tempos difíceis" o Governo tem uma "orientação bem clara", que passa pela "estabilização do sistema financeiro, criação de condições de acesso ao crédito e mais investimento público para dinamizar a economia e o emprego".

O Estado e a Administração Pública, disse o primeiro-ministro, têm de ter "a atitude de quem quer ser aliado e amigo das empresas e não de alguém que desconfia sempre de quem querem fazer algo para lá do que está na lei".

Porque, acrescentou, trata-se "de uma nova cultura, face à economia global, visando a atrair investimentos e transmitir a ideia de que em Portugal se valoriza o empreendedorismo e se é amigo do empresário, de quem quer ir um pouco mais além do que lhe é exigido".

José Sócrates considerou que a "nova linha política" criada pelo Governo em torno da simplificação da Administração Pública se está a transformar numa "cultura política" dentro dos seus próprios serviços, onde "em cada um há gente a trabalhar apenas para melhorar a forma como eles funcionam".

Segundo o primeiro-ministro, esta "cultura política" de modernização da administração pública e de combate à burocracia tem de ser alvo de um esforço continuado.

"Duvido muito de que quem venha depois possa não atribuir a esta simplificação a prioridade que tem tido", disse, sublinhando que cada passo dado na desburocratização da Administração Pública tem conduzido à constatação de que novas etapas têm de ser cumpridas.

O primeiro-ministro lembrou ainda que "há uns anos demorava-se 54 dias a criar uma empresa e hoje gasta-se apenas 30 minutos" e adiantou que a criação do Balcão Único visou retirar da responsabilidade dos empresários tarefas que competiam à Administração Pública.

Combate à burocracia está finalmente a alcançar resultados

O MINISTRO da Presidência, Pedro Silva Pereira, sustentou em Leça da Palmeira, Matosinhos, que "o combate à burocracia está, finalmente, a alcançar resultados", graças ao lançamento por este Governo do programa Simplex.

"O combate à burocracia fez parte de todas as agendas de todos os governos", mas só agora, dois anos depois da criação do Simplex, "está finalmente a alcançar resultados", realçou Pedro Silva Pereira, no dia 15, na Associação Empresarial de Portugal (AEP), na apresentação de novas medidas de simplificação de procedimentos para empresas.

O governante apontou como exemplos, entre outros, a emissão de "4,7 milhões de documentos únicos automático" e de "meio milhão" de cartões de cidadão, e a eliminação de escrituras e livros de escrituração que "não tinham razão para existir".

Referindo que "muitos daqueles livros de escrituração nunca foram lidos por ninguém", Pedro Silva Pereira salientou "mais de 70% dos portugueses já entregam a declaração de IRS por via electrónica".

Para o ministro, "a melhoria dos serviços públicos não pode ser um 'slogan' inconsequente", necessitando de "medidas concretas".

Por sua vez, a secretária de Estado da Modernização Administrativa, Manuela Leitão Marques, apresentou três novas medidas do Simplex 2009 para as empresas: firma online, portal de empresa personalizado e simplificação do licenciamento industrial, como "uma administração à moda Web 2.0".

Com as novas medidas, explicou, as empresas vão ter um interlocutor único nos processos de licenciamento industrial, vão poder escolher o nome da empresa no prazo de 24 horas e vão poder concentrar toda a informação e documentação numa área personalizada privada do novo Portal de Empresa 2.0.

Cartão do cidadão é símbolo de modernização

A CRIAÇÃO do cartão do cidadão simboliza a aposta feita pelo Governo na modernização administrativa, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, após fazer o pedido do seu cartão de identificação "cinco em um" numa loja do cidadão de segunda geração do concelho de Odivelas.

Acompanhado pelo ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, pela secretária de Estado da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques, e pela presidente da Câmara de Odivelas, Susana Amador, o chefe do Governo apresentou, no passado dia 16, no balcão

"Perdi a Carteira" (que também pode ser utilizado como alternativa para pedidos do cartão do cidadão), o seu passaporte, mas também os cartões de contribuinte, eleitor e da Segurança Social.

"O cartão do cidadão simboliza a modernização da Administração Pública, assim como o grande esforço que esta fez para que vários cartões se juntassem num único", declarou José Sócrates, para de seguida lembrar a "grande vantagem" que o cartão do cidadão representa para a Administração Pública e para as pessoas em geral.

"Vim tirar o cartão do cidadão para in-

centivar os portugueses a fazê-lo também. Temos já 500 mil cartões do cidadão distribuídos", estimou, avançando depois que "neste momento estão a ser construídas, para abrirem no início de 2009, novas lojas do cidadão em vários concelhos do país, como Murça, Faro e Castelo Branco".

Quanto à loja do cidadão escolhida para pedir o cartão do cidadão - a de Odivelas -, Sócrates explicou que ela é "das mais modernas e mais avançadas do país", apresentando um novo conceito de integração dos serviços públicos, onde os cidadãos podem tratar de vários aspectos da sua vida.

Alargado prazo de entrega de declarações fiscais pelos trabalhadores independentes

A DIRECÇÃO-GERAL de Impostos (DGCI) decidiu não aplicar coimas aos contribuintes que não entregaram a declaração de informação contabilística e fiscal (anexo L) relativa a 2006 e 2007 sempre que estes cumpram com esta obrigação declarativa até ao final de Janeiro de 2009.

Recorde-se que a Administração Central identificou recentemente os sujeitos passivos que não cumpriram o dever de entrega das referidas declarações, tendo procedido à notificação dos incumpridos para pagamento de uma coima no valor de 248 euros.

Passivo”, a prática da infracção “não ocasiona um prejuízo efectivo à receita tributária” e que a “falta” resultou “essencialmente de desconhecimento/negligência”.

Todavia, a DGCI considerou estarem reunidos os pressupostos para a dispensa da aplicação da coima legalmente estabelecida e para a extinção dos processos de contra-ordenação, uma vez que – esclarece em comunicado de 15 de Dezembro – “parte significativa dos contribuintes identificados são trabalhadores independentes” (a recibo verde), a declaração em causa “não visa o apuramento da situação tributária do sujeito

passivo”, a prática da infracção “não ocasiona um prejuízo efectivo à receita tributária” e que a “falta” resultou “essencialmente de desconhecimento/negligência”.

A leitura na íntegra do comunicado do Ministério das Finanças poderá ser feita através do endereço electrónico www.min-financas.pt

A decisão da DGCI encontra-se fundamentada no Regime Geral das Infracções Tributárias, que no seu artigo 32º prevê os casos em que pode ser perdoada uma coima aplicada pelo fisco. **M.R.**

Governo avança com Plano de Ordenamento do Mar

PORTUGAL terá um Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo em 2009 “para garantir a utilização sustentável dos oceanos”. Foi esse o compromisso assumido pelo Governo do PS num despacho enviado recentemente para publicação no “Diário da República”.

Avança-se assim para execução de uma das medidas centrais da Estratégia Nacional para o Mar, aprovada em Dezembro de 2006.

Segundo o referido despacho – assinado por 11 ministros –, a elaboração do Plano de Ordenamento será necessariamente pre-

cedida de um levantamento cartográfico “de todas as actividades que se desenvolvam nos espaços marítimo sob a soberania ou jurisdição portuguesa”, levando em linha de conta novos usos (como parques de energia das ondas ou aquaculturas) e a necessidade de preservar a biodiversidade, entre outras preocupações transversais.

A coordenação do plano estará a cargo de uma equipa interministerial que, por sua vez, estará sob a alçada do Instituto da Água.

De salientar que o lançamento do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo coincide com o décimo ani-

versário da Declaração de Lisboa de, assinada durante a Exposição Mundial dos oceanos, e que apelava a novos modos de administração dos mares no século XXI.

Deste modo, na cerimónia que decorreu no passado dia 12, no Oceanário de Lisboa, foram lançados os desafios inscritos em 1998 que, segundo o ex-Presidente da República Mário Soares, presente na ocasião, continuam a ter “uma actualidade absoluta”.

Refira-se, por último, que o planeamento/ordenamento do espaço marítimo é um dos três pilares da Estratégia Nacional do Mar.

Inauguradas novas instalações do Tribunal de Trabalho de Tomar

FORAM inauguradas no passado dia 12 as novas instalações do Tribunal de Trabalho de Tomar, substituindo uma das “piores instalações do país”, segundo o secretário de Estado Adjunto e da Justiça, Conde Rodrigues.

“As instalações eram das piores instalações do país, ainda por cima numa área fulcral como é o Tribunal de Trabalho”, disse Conde Rodrigues, sublinhando que, “apesar disso, está entre os cinco primeiros na produtividade”.

O secretário de Estado Adjunto e da Justiça referiu que “as instalações não são tudo”, fazendo questão de destacar

o “empenho e dedicação dos magistrados e funcionários que registam uma elevada taxa de resolução dos processos”, num dos “principais juízos do Trabalho do país, ao nível do volume processual”.

“Este era dos casos mais complicados, que agora fica resolvido”, disse Conde Rodrigues, sublinhando que as novas instalações são “modernas, com acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência”, em contraste com as anteriores, que “não tinham essas acessibilidades, eram exíguas e não tinham quase condições de habitabilidade”.

O Tribunal do Trabalho de Tomar, que abrange as co-

marcas de Alcanena, Ferreira do Zêzere, Ourém, Tomar e Torres Novas, vai passar a funcionar no Palácio Alvaizere, abandonando as instalações arrendadas desde 1962, no Largo do Pelourinho.

O Palácio Alvaizere, situado nas proximidades do Tribunal da Comarca, já inclui os serviços do Instituto de Registos e Notariado.

Ao nível do juízo do Trabalho, Conde Rodrigues destacou as beneficiações dos Tribunais de Viana do Castelo, Évora e Lisboa, entre as “setenta obras de recuperação e remodelação em curso” para melhoria de instalações judiciais.

OPINIÃO



VENTURA LEITE
Deputado do PS
jleite@ps.parlamento.pt

A crise actual tem a sua raiz na economia, num desequilíbrio insustentável no comércio mundial a favor das economias emergentes

CRISE CONJUNTURAL....

VIVEMOS uma situação que a maior parte dos portugueses vai percepcionando como uma crise muito séria.

Todavia, muito do discurso político continua a referir-se à crise como uma má conjuntura e uma crise financeira, ocasionada pelo “subprime”, ou crédito hipotecário de alto risco, ou crédito tóxico.

A classe política, nacional e europeia, começou por evitar abordar a situação como tratando-se de uma crise, como se alguém pudesse “parar o vento com as mãos”!

Já tive oportunidade de escrever neste espaço sobre o paradoxo que é vivermos numa era de informação e conhecimento, e o poder político ser surpreendido de forma tão primária.

Hoje quero partilhar convosco um pouco da minha visão sobre esta crise.

1º Andamos distraídos e não antecipamos minimamente os fenómenos, porque tanto a direita como a esquerda se deslumbraram com os mecanismos do mercado e da regulação. Para muitos, até há poucos anos, a actual globalização parecia ser o fim da história em matéria económica, social e política, e o caminho para a prosperidade dos povos estava definido – os problemas ambientais e climáticos eram matéria de teimosos e do contrapoder.

2º As crises económicas e financeiras são conjunturais quando os desequilíbrios que acarretam, ou estão na sua base, são de curto prazo.

3º O que o mundo está a conhecer é a primeira crise global, e ela não é conjuntural, mas sim estrutural. Por isso, a sua superação definitiva não se fará apenas com o funcionamento do mercado, mas com alterações que corrijam os desequilíbrios profundos que estão na sua génese.

4º A Europa ainda não está a encarar a presente crise como estrutural. Por isso, estão todos à espera de boas notícias lá para o fim de 2009. Mas, a cada dia que passa as previsões são revistas em baixa!

Na actualidade, só se tomam medidas de reforma estrutural quando os sinais são de desastre iminente.

Os políticos ainda não perceberam que adiar o discurso sobre a realidade e preparar as pessoas para serem menos consumidoras, para pouparem para dias mais difíceis, etc., não é combater, suavizar ou adiar a crise. Na vizinha Espanha adiantou muito ao primeiro-ministro evitar utilizar a expressão crise? Julgou que a evitaria?

Nos dias que vivemos, se os políticos não informam (porque não sabem ou não o querem), então essa tarefa é deixada aos analistas e aos que especulam, o que é muito pior. Há 30 anos atrás não havia imprensa que fizesse essa informação, mas hoje é totalmente diferente.

5º A crise actual tem a sua raiz na economia, num desequilíbrio insustentável no comércio mundial a favor das economias emergentes. A crise do “subprime” tem origem num excesso de recursos no sector financeiro dos Estados Unidos,

derivado de um monumental afluxo de capitais excedentários nas economias emergentes e nos países produtores de petróleo. Estes dois grupos de países viram-se na posse de recursos gigantescos em cujas economias não tinham aplicação eficiente imediata. Os chamados fundos soberanos, constituídos fora dos Estados Unidos, procuraram então a melhor aplicação. Onde? No prestigiado mercado financeiro norte-americano!

E tamanha fartura abriu a oportunidade para criativos financeiros inventarem novos produtos que conseguiram vender e exportar para todo o mundo numa onda de confiança irreflectida. Foi essa confiança cega que permitiu uma fraude gigantesca, do tipo D. Branca, em pleno coração da Wall Street, descoberta há dias.

Alguns políticos criticam agora a insuficiente regulação dos mercados financeiros por este desastre. Puro cinismo, pois o sistema de regulação que poderia ter evitado esta situação jamais teria sido aceite e aprovado antes. É curioso como agora alguns políticos falam, depois das coisas acontecerem!

Lembro um dado que alguns não conhecem:

Há cerca de duas décadas o peso do sector financeiro no PIB norte-americano era da ordem dos 10%. Em 2007 essa percentagem subia para 21%. Imaginem só! Mais de um quinto da riqueza daquele país é gerada através da gestão da riqueza produzida no mundo, e não no seu interior.

Quando o mercado financeiro entrou em crise de confiança, todo o mundo foi, naturalmente, afectado. Quando se fala da economia de casino, é disto que alguns economistas estão a falar!

Mais um dado interessante: a economia norte-americana entrou em abrandamento antes do estouro do “subprime”!

6º A actual crise não põe em causa a mundialização da economia, mas o modelo quase unidireccional que foi dado à globalização, onde os interesses das multinacionais norte-americanas foi satisfeito pela China a troco de um apoio à concretização da liberalização do comércio mundial. Depois, e durante mais de uma década, o Ocidente andou a dormir pensando que a China apenas faria contrafacção industrial, sem qualidade. Hoje está à vista que se tornou uma potência económica e tecnológica, que enriquece enquanto os trabalhadores do Ocidente empobrecem!

Muitos pensaram que o mercado conduziria, de forma espontânea, aos necessários equilíbrios. E não foi só na direita.

Acredito que acabará por ser a América a exigir alguma justiça no comércio mundial, enquanto os europeus, para ficar politicamente bem na fotografia irão dizer “é preciso evitar o proteccionismo!”, mas agraderão a acção dos americanos!

No próximo artigo vou continuar esta análise e apresentarei a minha visão do que deverá ser a saída futura para este quadro.

Boas-Festas

Debate do programa do Governo **CÉSAR ANUNCIA FACILIDADES DE ACESSO FAMILIAR AO CRÉDITO À HABITAÇÃO**

O PRESIDENTE do Governo Regional dos Açores, Carlos César, anunciou um conjunto de medidas destinadas a facilitar o acesso de mais famílias ao crédito à habitação.

Ao intervir no dia 11, no final do debate do Programa do Governo, na Assembleia Legislativa dos Açores, Carlos César disse que o seu Executivo irá apoiar a implementação do Fundo de Investimento Imobiliário e criar também um fundo imobiliário.

A primeira medida terá como objectivo reforçar o apoio às famílias com dificuldades em cumprir os seus encargos financeiros, resultantes da aquisição de uma habitação, enquanto a segunda pretende dinamizar a compra de novas moradias.

Segundo o chefe do Executivo açoriano, estas intervenções na área habitacional “vão certamente facilitar o acesso das famílias ao crédito para aquisição” e assegurar a mais núcleos familiares o acesso a habitação própria.

No seu discurso, Carlos César anunciou ainda duas outras medidas de apoio ao sector agrícola, com o objectivo de aumentar a rentabilidade das explorações, nomeadamente através de um programa complementar de apoio aos projectos de investimento e de um plano de reestruturação financeira para os investimentos já realizados.

Já no que respeita ao sector das pescas, o presidente do Governo Regional disse que vai ser criado um programa de apoio a exportação do peixe proveniente das ilhas da coesão (Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo), que na sua opinião beneficiará o rendimento dos pescadores.

Por outro lado, Carlos César acusou os partidos de oposição de não terem “ética” na política, ao exigirem, por exemplo, que o Governo “resolva sozinho o flagelo” da toxicoddependência nos Açores, ou que obrigue a companhia aérea SATA a baixar as suas tarifas, numa altura em que dezenas de transportadoras europeias estão a falir devido à crise.

Durante o debate, o PS, pela voz do seu líder parlamentar Hélder Silva, disse que o programa apresentado por Carlos César “é um documento produzido por um “bom” Governo, “que dá provas de ser capaz de responder rápida e eficazmente às situações”.



Em 2009 vão arrancar em Lisboa mais de 600 projectos



“GOVERNAR uma cidade é também explicar à população tudo o que se está a fazer, as dificuldades que se colocam à gestão quotidiana do município e sobretudo não esconder nada, nem o que está para trás, nem os passos que se querem dar para o futuro”.

Foi desta forma e com este espírito, que António Costa se dirigiu a uma plateia interessada que encheu por completo o antigo cinema Roma, na capital, onde apresentou o Programa Lisboa 2009.

A qualidade de uma democracia, afirmou a certa altura, também se mede pela exigência, credibilidade e pela forma como se encara e gere politicamente o espaço público.

Para António Costa, pouco mais de um ano após ter sido eleito presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML), nada do que herdou ou que teve de ser feito “se mostrou fácil, barato ou sequer pacífico”.

Recordou, por exemplo, uma primeira dificuldade, quando o Tribunal de Contas chumbou o pedido de empréstimo de 360 milhões de euros, dinheiro que, como recordou, “se destinava em exclusivo ao pagamento das dívidas aos fornecedores” herdadas das caóticas e trapalhonas gestões anteriores.

Todavia, graças a uma gestão equilibrada, disse, a CML conseguiu, neste curto espaço de tempo, não só baixar a sua dívida em cerca de 110 milhões de euros, como reduzir a sua despesa corrente em mais de 250 milhões de euros.

Também a nível dos recursos humanos a edilidade liderada por

António Costa conseguiu rasgar uma das muitas páginas tristes herdadas da anterior vereação de direita, ao terminar com os falsos recibos verdes de mais de 800 trabalhadores, integrando-os nos quadros da autarquia.

A lista do que se fez e do que se vai fazer

Mas outros passos foram dados para ajudar a sanear financeira-

mente “num território equilibrado, estruturado e sobretudo numa cidade sustentada”.

Dos muitos projectos agendados para o futuro e do trabalho que foi possível desenvolver para ultrapassar os dispares herdados da anterior vereação, António Costa enumerou um conjunto de iniciativas e de propostas, que passam, designadamente, por intervenções “como antes nunca se fizeram” nos espaços públicos e nos espaços verdes, nos bairros e nas vias de comunicação da cidade.

Também as escolas, os mercados, os bairros históricos, as chamadas Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), no total de 11, os muitos edifícios camarários espalhados pela cidade, entre outro património

construído, “tudo irá merecer uma atenção especial e ser objecto de um programa de recuperação”.

Mas outras iniciativas estão ainda previstas, garantiu o presidente da CML, como a recuperação do Teatro Capitólio, a melhoria da higiene e limpeza urbana, a requalificação de praças, miradouros, passeios e vias públicas, a criação de novas áreas para peões, nomeadamente uma que ligará o Chiado ao Castelo de S. Jorge ou a zona ribeirinha de Alcântara ao Museu das Janelas Verdes e ainda a criação de uma área pedonal na avenida Duque D’Ávila, “mostrando que é possível criar este tipo de equipamentos fora das zonas históricas da cidade”. A autarquia está igualmente apostada na criação de novos e seguros percursos para bicicletas. **R.S.A.**



ESTADO SALVOU 160 MIL DEPOSITANTES COM INTERVENÇÃO NO BPP

A INTERVENÇÃO do Estado no Banco Privado Português (BPP) salvou cerca de 160 mil depositantes e não apenas três mil como chegou a ser noticiado, garantiu o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, numa recente entrevista televisiva, onde também fez questão de deixar claro que esta medida não foi implementada para valer às fortunas e aos activos que estão a ser geridos pelo referido banco.

“Foi para valer a depósitos de pequenas instituições de crédito que têm depósitos nesta entidade bancária e que, se os perdessem, poderiam, em cadeia, colocar em risco o dinheiro de perto de 160 mil depositantes”, explicou Teixeira dos Santos.

Por outro lado, o ministro declarou não esperar que a gestão do BPP e do Banco Português de Negócios (BPN) venha a implicar despesas para o erário público.

Mas se implicar alguns custos, ressaltou, “serão bem menores do que aqueles que os portugueses suportariam se houvesse um colapso no sistema financeiro”.

Quanto à polémica em torno do sistema de supervisão do Banco de Portugal, o titular da pasta das Finanças considerou que este “tem funcionado de forma eficiente”, sustentando que o governador Vítor Constâncio “tem vindo a ser objecto de um ataque político, que é um verdadeiro ajuste de contas de partidos da oposição” que ficaram “desagradados” com as avaliações dos défices.

Teixeira dos Santos afirmou ainda que é a administração do Bando de Portugal que deve tomar as iniciativas que entender para reforçar a sua capacidade de supervisão”, adiantando que a equipa de Vítor Constâncio “conterà com o apoio do Ministério das Finanças para tomar as iniciativas legislativas que forem necessárias”.

Autárquicas 2009

PS/Porto reafirma intenção de apresentar os melhores candidatos

NA SEQUÊNCIA da reunião realizada no dia 13 entre o Secretariado da Federação do PS com os presidentes das comissões políticas concelhias, tendo em vista proceder à avaliação do processo autárquico, o PS/Porto emitiu um comunicado, no qual “reafirma a intenção de tudo fazer para, nos 18 concelhos do distrito, apresentar os melhores candidatos às câmaras e juntas de freguesia, capazes de protagonizarem novas políticas que permitam aos cidadãos, de forma consciente, optarem por novas propostas e protagonistas”.

No comunicado, aprovado por unanimidade, a Federação do Porto, liderada pelo camarada Renato Sampaio, afirma que “os timings políticos do processo autárquico serão definidos pela direcção distrital do PS, através dos seus órgãos eleitos, em estreita articulação e cooperação estratégica com as estruturas concelhias do partido e com a direcção nacional” do partido.

“O PS Porto, na pessoa do seu presidente e direcção distrital, não se deixará influenciar, nem condicionar por notícias e afir-



mações públicas de camaradas, muitas delas a coberto do anonimato, que pretendem colocar os

seus interesses e protagonismos pessoais acima dos interesses do PS, e acima dos interesses dos ci-

dadãos dos concelhos do distrito que pretendemos servir”, refere o comunicado.

Tal só será possível, segundo o PS/Porto, “tendo por base uma estratégia que permita aos candidatos do PS, de Baião a Vila Nova de Gaia, afirmar políticas conjuntas coerentes que os distingam das estratégias protagonizadas, no plano local, pelo PSD”.

O PS/Porto sublinha ainda que “não se conforma com a situação de apatia, imobilismo, ausência de ambição e estratégias de investimento que têm caracterizado os mandatos autárquicos do PSD e independentes nos diversos concelhos”.

Por isso, os socialistas portugueses consideram que se impõe “a definição de estratégias de desenvolvimento social e económico inovadoras, onde todas as autarquias e cidadãos dos concelhos envolvidos se revejam, retirando o distrito da depressão para que tem vindo a ser empurrada”.

Na reunião foi ainda decidido que “os cabeças-de-lista às câmaras serão definidos até ao final do corrente mês e votados pelas comissões políticas concelhias até meados de Janeiro”. **J. C. C. B.**

Socialistas querem Unidade Local de Saúde no Baixo Cávado

TENDO em vista uma melhoria da oferta de serviços médicos às populações do distrito de Braga, o deputado socialista Ricardo Gonçalves questiona o Governo sobre a possibilidade de se construir uma Unidade Local de Saúde para onde possam ser conduzidos doentes do hospital distrital, do Hospital de Barcelos e dos centros de saúde do Baixo Cávado.

Em requerimento entregue recentemente na mesa da Assembleia da República e dirigido ao Ministério da Saúde, Ricardo Gonçalves, expressa igualmente o seu interesse por saber se será possível formar um Centro Hospitalar Braga/Barcelos e ainda se haverá outras formas eficazes de aprofundar o relacionamento entre as valências



de saúde de Braga e de Barcelos.

De referir que no texto do requerimento, o parlamentar do PS chama também a atenção para a “complementaridade que deve existir entre um Hospital Central (Braga) e um de proximidade (Barcelos)” para a potenciação da prestação de cuidados de saúde”, salientando de

seguida as “potencialidades deste conjunto hospitalar”.

Por outro lado – defende Ricardo Gonçalves – “é preciso assegurar a acessibilidade e equidade de acesso aos cuidados médicos por parte da população local e melhorar a articulação entre os cuidados primários e hospitalares. **M.R.**

PS/SETÚBAL DEBATEU IMPACTOS DO NOVO AEROPORTO EM ALCOCHETE

O NOVO aeroporto internacional de Lisboa projectado para Alcochete “será uma plataforma de afirmação de Portugal”, afirmou o presidente da Federação de Setúbal, Vítor Ramalho, acrescentando que “a crise internacional que está instalada é de enorme gravidade, mas não podemos ficar sentados a vê-la, é preciso reagir, nomeadamente defendendo o investimento público e privado”.

Vítor Ramalho falava no dia 13 no encerramento da iniciativa “Os impactos do novo aeroporto em Alcochete”, organizada pela Federação de Setúbal e Concelhia de Alcochete, que contou com a participação dos secretários de Estado Ana Paula Vitorino e Bernardo Trindade, do eurodeputado Joel Hasse Ferreira, dos economistas Augusto Mateus e João Ferreira do Amaral, do presidente da CCDR, Fonseca Ferreira, dos ambientalistas José Manuel Palma e Nuno Crato e do presidente da Concelhia de Alcochete, Nuno Canta.

As sessões, seguidas de debate e que se estenderam por todo o dia, realizaram-se no Centro Cultural de Alcochete e foram sempre muito concorridas.

No essencial, todos os intervenientes salientaram o contributo que o novo aeroporto vai dar ao desenvolvimento económico da região e do país, tendo sido analisado na óptica da inter-relação com as infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e marítimas da região, bem como da plataforma logística em curso, no Póvoa e os investimentos, de vulto, públicos e privados já em execução, nomeadamente os turísticos na Península de Tróia.

Houve ainda coincidência de pontos de vista na importância da excelência do novo aeroporto, da cidade aeroportuária que com ele nascerá, a impulsionar por si o desenvolvimento e a necessidade, por isso, de se preservar o ambiente e a qualidade de vida.

O enquadramento das análises não perdeu de vista a conjuntura económico-financeira internacional, tendo-se evidenciado que o país não pode assistir, impávido, à crise, o que implica o reforço dos investimentos públicos reprodutivos, de par com a defesa e a criação do emprego. **J.C.C.B.**

PS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS DIZ QUE GESTÃO CAMARÁRIA DO PSD ESTÁ A SER UM DESASTRE

O PARTIDO Socialista de Figueiró dos Vinhos, no norte do distrito de Leiria, diz-se desiludido e frustrado com os três anos de gestão autárquica do PSD.

Reunida para analisar a gestão autárquica de direita ao longo deste mandato, a Comissão Política do PS de Figueiró dos Vinhos diz ser este o momento oportuno para proceder a um balanço da actividade municipal, recordando que desde 2005 que os responsáveis autárquicos do PSD “andam a iludir os figueiroenses” com um conjunto de promessas que até ao momento, dizem, não cumpriram.

Ao contrário da inovação prometida, o concelho parou, “mergulhou no marasmo e na apatia”, tendo-se instalado a “descrença o desalento e a desilusão” entre os seus habitantes.

Em três anos, o município, acrescenta ainda o PS, tantos quantos o PSD leva de poder no concelho de Figueiró dos Vinhos, perdeu mais de 300 habitantes, não tendo essa população sido entretanto reposta por “ausência de políticas direccionadas para incentivar o investimento e o desenvolvimento económico”, ou pelo apoio à criação e fixação de pequenas e médias empresas, que não só contribuiriam para a criação de emprego, como ajudavam a aumentar a riqueza produzida no município.

Mas para que este cenário pudesse ter acontecido, lembram ainda os socialistas, teria sido necessário que a Câmara Municipal (CM), como motor de desenvolvimento do concelho, tivesse apostado mais em Figueiró dos Vinhos e na sua população criando as necessárias condições atractivas que permitissem aos jovens, às empresas e ao comércio “enfrentar as dificuldades com que se deparam”.

A actual maioria de direita na CM tem demonstrado uma “total incapacidade e uma preocupante falta de ambição” para encontrar as soluções necessárias de forma a ajudar a “estagnar a acentuada desertificação” que se tem vindo a verificar desde que tomaram posse há mais de três anos.

Outro fenómeno que os socialistas só encontram justificação no caos e na incompetência da gestão autárquica do PSD, respeita ao facto de apesar da população activa estar a diminuir, o desemprego estar a aumentar, recordando o Partido Socialista que é em Figueiró dos Vinhos que se registam presentemente, “por culpa absoluta e exclusiva do PSD”, ao não conseguir dar a volta a um cenário de bem-estar social e de desenvolvimento que se vivia em Figueiró até 2005, os índices mais elevados de desemprego de todo o distrito e que é igualmente neste concelho que o rendimento individual disponível é o mais baixo de toda esta vasta região.

Ao contrário do que acontecia antes, diz ainda o PS, Figueiró perdeu nestes três anos a importância e a centralidade que representava para esta região, tendo sido ultrapassado por outros concelhos vizinhos “que souberam entretanto criar diversidade, riqueza e desenvolvimento”.

Por outro lado, o PS acusa ainda a autarquia de “ao ter optado neste período pelo caminho da facilidade”, criou um caudal de endividamento junto da banca, dos fornecedores e das empresas, situação que é a responsável, neste momento, por um dívida de “mais de três milhões de euros”, sem que se conheça qualquer “retorno ou resultados ao nível das obras e da criação da riqueza”.

Miguel Ginestal Orçamento de Viseu serve apenas agenda eleitoral laranja

O ORÇAMENTO apresentado pelo Executivo da Câmara Municipal de Viseu para 2009 “serve única e exclusivamente a agenda eleitoral de Fernando Ruas e da maioria do PSD”, denunciaram os vereadores do PS na edilidade viseense, que criticam o facto da autarquia ter apresentado o maior orçamento de sempre numa altura em que famílias e empresas atravessam sérias dificuldades financeiras.

Segundo o vereador socialista Miguel Ginestal, o Orçamento do Executivo laranja está “pejado de obras de encher o olho, mas completamente de costas voltadas para os problemas das pessoas em concreto”.

Em declarações aos jornalistas, Ginestal considerou que as empresas e as famílias do concelho ajudavam-se “aprovar a proposta do PS que pretendia a redução do IRS para 3%” e com “a fixação mais moderada das taxas do IMI”.

“O orçamento da Câmara é mais elevado justamente porque é assegurado à custa do sacrifício dos orçamentos familiares e das empresas”, venceu, sem deixar de salientar que “este é o momento em que, no mundo inteiro, todos os governos estão a tomar medidas de apoio às famílias e às empresas e os municípios também têm mecanismos para isso”.

“Têm capacidade tributária própria para tomar decisões que ajudem as famílias e as empresas no IRS”, frisou, apontando que o aumento em 12% do Orçamento da autarquia de 2008 para 2009 “vem dos bolsos dos viseenses e das suas empresas”.

Depois de explicar as razões que o levam a defender um desagravamento fiscal em Viseu, Miguel Ginestal descreveu o Orçamento do Executivo de maioria PSD para o próximo ano como “insensível do ponto



de vista social”, ressaltando porém que ele demonstra claramente “que a Administração Central é amiga do município viseense”, até porque “30 milhões de euros deste Orçamento provêm de transferências do Estado, seja através de impostos, cooperação técnica ou

das participações comunitárias em projectos co-financiados”, concluiu.

Destaque-se, a terminar, que o Orçamento camarário de Viseu para 2009 é de 90,930 milhões de euros, tendo sido aprovado no passado dia 11 de Dezembro. M.R.

Autarcas do PS no Fundão criticam processo de aprovação do Orçamento para 2009

SALVAGUARDANDO o concelho e as populações do Fundão dos prejuízos inerentes a uma governação por duodécimos, o PS local decidiu não exercer o direito de impugnação de tudo quanto foi deliberado na reunião do Executivo municipal (PSD), na qual foram discutidos e aprovados o Orçamento camarário e as Grandes Opções do Plano para 2009.

Em conferência de Imprensa realizada na sede socialista do Fundão, o presidente da Comissão Política Concelhia, camarada Vítor Cunha, denunciou as irregularidades registadas no processo de discussão e votação “da ferramenta mais importante na gestão de uma autarquia”.

Os socialistas criticam e condenam o facto do Executivo liderado por Manuel Frexes não ter entregue os documentos provisionais nos prazos estabelecidos na lei, impossibilitando assim que estivessem reunidas as condições necessárias para a participação socialista na discussão.

O PS/Fundão acusa igualmente o edil Manuel Frexes de não ter permitido que os vereadores socialistas no município fossem chamados para a votação do Orçamento.

Quanto ao Orçamento pro-



priamente dito, os vereadores do PS na Câmara do Fundão consideram que o documento deveria prever um alívio do esforço financeiro dos municípios, à semelhança do que o Governo central tem feito a nível nacional.

Os socialistas defendem que o Orçamento “devia traduzir a preocupação real da Câmara para com as famílias” e, além dos 3% do IRS, deveriam reduzir-se este ano as taxas a pagar assim

como as taxas do IMI”, conforme declarou a vereadora Conceição Martins, que advogou ainda o fim

do pagamento do estacionamento público e a consequente retirada de parquímetros.

Mas o Orçamento do Fundão para 2009 desagrada também os socialistas pelo facto de “continuar na orientação estratégica do PSD de gastar mais do que aquilo que pode”.

“O PS defende investimento

reprodutível aplicado de forma criteriosa e sustentável”, afirmou Conceição Martins, questionando de seguida que estejam previstos no Orçamento aumentos de 29% para empresas municipais que apresentam resultados negativos anualmente.

Por sua vez, o vereador socialista Carlos Rolão deu conhecimento aos jornalistas de que foi apresentada, no dia 4 de Dezembro, junto da Inspecção-Geral da Administração Local (IGAL), uma queixa pelo facto da equipa executiva de Manuel Frexes reincidir, ao longo de três anos, no incumprimento da lei que os obriga a informar convenientemente a Câmara sobre as decisões geradoras de custos ou proveitos financeiros.

“Esta falta de informação torna-se ainda mais grave se atentarmos na forma como têm sido elaborados os planos e orçamentos municipais, onde todos os anos se encontram receitas e despesas não discriminadas na rubrica ‘outros’, em montantes que ascendem a vários milhões de euros”, denunciou o camarada Carlos Rolão.

Refira-se, a este propósito, que para 2009 o Orçamento municipal do Fundão contempla receitas não especificadas na rubrica acima referida no valor de 20 milhões de euros. M.R.

PS Fundão apresenta queixa junto da Inspecção-Geral da Administração Local

Portugal disponível para receber prisioneiros de Guantánamo

PORTUGAL poderá acolher detidos de Guantánamo no âmbito de uma iniciativa europeia que vise ajudar a ultrapassar as dificuldades para o encerramento desta prisão política norte-americana localizada a leste da ilha de Cuba.

Em carta enviada por ocasião do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, manifesta a disponibilidade portuguesa para receber prisioneiros de Guantánamo, a base-prisão dos Estados Unidos que abriu em Janeiro de 2002 e que chegou a ter “aproximadamente” 780 prisioneiros com idades compreendidas entre os 11 e os 75 anos.

Na missiva datada de 10 de Dezembro, Luís Amado sublinha que “a comunidade internacional enfrenta questões difíceis relativas à luta contra o terrorismo e, entre elas, as que se prendem com a existência do centro de detenção”, para de seguida apontar o consenso existente quanto à necessidade de se proceder ao seu fecho definitivo.

“O papel de directrizes políticas que aprovámos em Marselha reitera o apelo à União Europeia



e aos Estados Unidos para “trabalhar mais em conjunto no campo dos Direitos Humanos, o que se tornaria mais fácil com o encerramento do Centro de Detenção de Guantánamo”, lê-se no texto, no qual Amado considera que “a Europa deve tirar as necessárias conclusões dos debates realizados até agora, quer a nível político, quer a nível de peritos legais, bem como das intenções declaradas da nova Administração norte-americanas”.

Depois, o máximo responsável da diplomacia portuguesa defende que “é altura da UE dar um

passo em frente”

“Devemos dar um sinal claro da nossa vontade de ajudar o Governo dos EUA a resolver o problema, nomeadamente através do acolhimento dos detidos”, sustenta, reiterando que, “no que respeita ao Executivo português, “estaremos disponíveis para participar nesse esforço”.

Refira-se que a disponibilidade portuguesa para receber presos de Guantánamo foi saudada por várias organizações de direitos humanos como um passo significativo para resolver o obstáculo mais complicado ao encerramento da prisão de Guantánamo, isto é, o destino a dar aos cerca de 50 prisioneiros que só não foram ainda libertados por não poderem regressar aos países de origem (Argélia, China, Líbia, Rússia, Síria, Tadjiquistão, Tunísia e Uzbequistão) por recearem o risco de serem perseguidos e torturados e não terem garantias de segurança.

De destacar ainda que Portugal foi o primeiro país da União Europeia a assumir esta posição de cooperação que foi descrita como “corajosa” pela Amnistia Internacional. **M.R.**

cer alterações”, declarou a deputada socialista.

Já o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, no seu discurso inicial da cerimónia de tomada de posse referiu que a comissão terá 90 dias para concluir os trabalhos e que os deputados que a integram vão poder trabalhar durante todos os dias da semana, mesmo nos períodos de férias, sem necessidade de autorização especial.

Gama adiantou também já ter pedido informações ao procurador-geral da República sobre as investigações ao caso BPN.

“A Assembleia vai decidir em função da resposta se a comissão de inquérito prossegue ou não. Aguardamos essa resposta”, frisou, pedindo aos deputados um trabalho “rápido, objectivo, rigoroso e independente”.

Também a presidente da comissão eventual admitiu a hipótese de se reunir com o procurador-geral da República.

“Vamos acertar o nosso modelo de actuação e é natural que eu própria – enquanto presidente da comissão – peça uma reunião com o senhor procurador para balizar bem a nossa actuação”, concluiu a presidente da comissão eventual de inquérito.

Maria de Belém preside a Comissão de Inquérito ao BPN

A DEPUTADA socialista Maria de Belém foi empossada presidente da comissão eventual de inquérito ao Banco Português de Negócios (BPN) no passado dia 16 de Dezembro.

Além de Maria de Belém Roseira, o PS indicou os deputados Afonso Candal, Helena Terra, Jorge Seguro Sanches, Leonor Coutinho, Marques Júnior, Mota Andrade, Ricardo Rodrigues e Sónia Sanfona para integrarem a referida comissão (constituída por 17 elementos efectivos e oito suplentes), tendo igualmente designado os deputados Marcos Sá e Hugo Nunes como suplentes.

A comissão de inquérito inclui ainda como efectivos quatro parlamentares do PSD e dois do CDS-PP, ao passo que o PCP, BE e os Verdes fazem-se representar por um deputado efectivo cada.

Refira-se que a comissão só deverá começar a funcionar em pleno a partir de Janeiro, tendo sido constituída na sequência da aprovação pela Assembleia da República de um inquérito parlamentar “à existência de falta grave na actuação do Banco de Portugal no exercício do seu poder de supervisão no caso do BPN”.

O inquérito, proposto pelo CDS-PP, foi aprovado no dia 12 de Dezembro por unanimidade, após a



introdução de alterações sugeridas pelo PS e pelo PSD ao objecto do inquérito.

Na ocasião, a maioria parlamentar socialista votou contra uma proposta comunista para que o inquérito parlamentar tratasse também o caso do Banco Privado Português (BPP).

Em declarações à Imprensa, a recém-empossada Maria de Belém sublinhou a dificuldade da tarefa a realizar pela comissão, considerando tratar-se de “um trabalho espinhoso” pelo facto do objecto deste ser “muito abrangente”.

“O que considero absolutamente essencial é, além de se apurar responsabilidades políticas, saber se o tecido legislativo que regula estas relações [económicas e financeiras] é eficaz, adequado ou se deve mere-

OPINIÃO



AGOSTINHO GONÇALVES
Deputado do PS

Do lado da plataforma sindical continua a haver um radicalismo inaceitável que bate apenas numa tecla: suspensão da avaliação

UM SENTIDO ÚNICO

DESDE o 25 de Abril de 1974 que o Ministério da Educação foi fogueira que queimou todos os ministros que procuravam fazer da melhor maneira o cumprimento político do programa do seu Governo. Uns, contam-se por meses o tempo de exercício, sendo que, foram poucos, muito poucos, aqueles que levaram o mandato ao fim.

Foram nomeadas figuras de grande prestígio cultural, intelectual, científico, político e conhecedores do ramo educacional e quase todos saíram remodelados. Isto para lembrar a grande dificuldade política e o desgaste pessoal que “mora” na Av. 5 de Outubro. Quer professores, alunos, pessoal administrativo e auxiliar;



quer organizações sindicais desencadearam sempre lutas enormes aos titulares da pasta da Educação.

Agora, é a vez da ministra Maria de Lurdes Rodrigues ser o alvo dos sindicatos dos professores, com o pretexto da não aceitação “desta avaliação”. Ora, vejamos algumas das medidas, que de momento me ocorrem, tomadas pela ministra:

1. Encerramento de um número considerável de escolas, designadamente as tinham menos de 10 alunos;
2. Prolongamento do horário escolar no 1º ciclo, com introdução de aulas de inglês, educação musical e ginástica;
3. Concurso plurianual de professores (dando mais estabilidade do corpo docente nas escolas);
4. Aulas de substituição. (Constata-se hoje haver mais assiduidades dos professores);
5. Novas regras de Gestão das Escolas;
6. Redução do número de professores a exercerem funções sindicais em benefício da actividade lectiva;
7. Gratuidade nas refeições aos alunos e mais apoio social às famílias para aquisição de livros. (procurando combater o abandono escolar);
8. Novo Estatuto do Aluno;
9. Novo Estatuto da Carreira Docente;
10. Finalmente, a Avaliação dos Professores.

Chegadas aqui, e admitindo até alguns erros de estratégia política, a senhora ministra está submetida a ataques cruzados. De um lado professores e sindicatos. Do outro os partidos da oposição. A CGTP e o PCP alimentam a agitação das “massas” com um calendário previamente acertado. O BE cavalga a onda do descontentamento do pessoal docente, vendo aqui oportunidade para possíveis ganhos eleitorais, em particular nos grandes centros urbanos.

O CDS e o PSD vêem a possibilidade do desprestígio da escola pública para assim poderem tecer loas à escola privada. Claro que a intervenção da ministra no comício do PS em Guimarães, quanto a mim bem, também leva os partidos da oposição a serem ainda mais cáusticos.

Em todo este contexto político, em que se pretende a valorização da escola pública e, depois de tantas horas de reuniões, negociações e encontros em que o ministério aceitou sugestões para desburocratizar o modelo de avaliação, verifica-se que do lado da plataforma sindical continua a haver um radicalismo inaceitável que bate apenas numa tecla: suspensão da avaliação. A ministra com coragem, determinação e capacidade negocial demonstrada, só tem um caminho. Esse caminho é o de avançar com o processo. Depois de tudo o que se passou, se a avaliação fosse suspensa, seria a gargalhada geral e o descrédito de uma política que está a mudar a educação em Portugal.

OPINIÃO



ANTÓNIO BROTAS
Militante do PS

O Ministério devia, no que lhe resta deste ano lectivo, tentar abordar os gravíssimos problemas do desemprego e da formação em excesso de novos professores, nem sempre com uma qualidade assegurada

CONTRIBUTO PARA DESBLOQUEAR UMA SITUAÇÃO

PENSO que para desbloquear no curso deste ano a situação de confronto existente entre o Ministério da Educação e os sindicatos dos professores será necessário pensar em medidas do tipo:

1- O Ministério deve manter, com algumas eventuais pequenas alterações a acordar com os sindicatos, o regime democrático da eleição das Direcções das Escolas, mas com a exigência adicional das Direcções eleitas terem de ter a aprovação mínima de 50% das Assembleias Eleitorais. No caso de numa primeira votação a lista mais votada não atingir os 50%, seria feita uma segunda votação com a exclusão das outras listas, com a alternativa de, no caso dos 50% não serem atingidos, o Ministério nomear um director por um período de dois anos. Fintos estes, a escola poderia optar por voltar ao regime da eleição da Direcção. As Assembleias saberiam, claramente, em que é que votavam. Uma vantagem será o Ministério ter só de nomear directores para as escolas que o queiram e ter adicionalmente a possibilidade de avaliar o desempenho dos directores.

2- Como melhorar os programas? Copiando programas estrangeiros? Confiando a sua elaboração a iluminados que no interior do Ministério decidam sobre os programas de todas as escolas? E como escolher esses iluminados que têm tendência a mudar constantemente os programas? Os professores deviam dedicar só 2/3 das aulas a ensinar a matéria dos programas elaborados pelo Ministério, para a qual haveria exames nacionais. No outro terço, teriam a liberdade para ensinar as matérias que entendessem. Um professor de Geografia do Porto, por exemplo, poderia ensinar a geografia do Norte e da Galiza. Um de Lisboa poderia usar as suas aulas para estudar em conjunto com os alunos os transportes na Área Metropolitana de Lisboa. A avaliação da matéria destas aulas seria feita pelos professores, como entendessem, e contaria para um terço da média. Penso que devemos ter confiança na capacidade criativa dos professores. A prazo, os programas dos professores influenciariam os programas nacionais. Esta medida revolucionaria o ensino português e alteraria radicalmente a condição dos professores do secundário, hoje reduzidos a simples transmissores de conhecimento. Será que os professores a desejam?

3- O Ministério iniciaria este ano uma primeira fase da avaliação dos professores, mas seria claro que se tratava só de uma primeira fase. Aproveitando uma ideia dos sindicatos, esta primeira fase poderia consistir no envio para o Ministério, por todos os professores, das respostas a um questionário convenientemente elaborado e com uma larga margem para os professores falarem das iniciativas em que gostariam de se empenhar. O Ministério não tentaria escolher este ano os professores "Excelentes", mas iniciaria uma sondagem junto das direcções das escolas, dos outros professores, dos pais, dos antigos e actuais alunos e da sociedade em geral, para estabelecer uma primeira listagem de potenciais professores "Excelentes". As respostas dadas ao inquérito seriam um elemento a considerar para estabelecer esta listagem. De igual modo, o Ministério estaria atento a informações sobre eventuais "maus" professores que poderiam ser contactados já este ano, mas numa óptica de lhes ser dado apoio e dando-lhes garantias de que nenhuma decisão sobre eles seria tomada sem lhes serem dadas amplas possibilidades de defesa e recurso.

4- Atenuada a tensão com os sindicatos, o Ministério devia, no que lhe resta deste ano lectivo, tentar abordar os gravíssimos problemas do desemprego e da formação em excesso de novos professores, nem sempre com uma qualidade assegurada. Seria conveniente promover um seminário sobre estes assuntos.

Há algumas decisões relativas ao início do ano lectivo 2009/2010 que têm de ser tomadas agora, mas devemos ter presente que as grandes medidas relativas Educação vão ser tomadas depois das eleições legislativas. Não devemos, por isso, tentar impor ao futuro ministro o quadro em que terá de actuar. O importante, agora, é que os diferentes partidos dêem uma muito grande atenção aos problemas da Educação nos seus programas eleitorais.

Novas Oportunidades Sócrates reitera que mais qualificações garantem mais emprego

A melhor forma de defender o emprego é aumentando as qualificações dos portugueses, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, sublinhando que a desigualdade nos rendimentos assenta muito na diferença de escolaridade entre os cidadãos.

"MAIS qualificações garantem mais emprego, mas garantem também a redução de desigualdades", disse José Sócrates, acrescentando que "Portugal é um país muito desigual e que uma boa sociedade é aquela que é menos desigual".

José Sócrates, que se encontrava acompanhado pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, falava no dia 14 a cerca de três centenas de pessoas na cerimónia de entrega de diplomas a dezenas de formandos do Centro de Formação Profissional do Seixal no âmbito do Programa Novas Oportunidades.

"A desigualdade nos rendimentos assenta na diferença das qualificações onde Portugal é um dos países onde as pessoas com mais



qualificações ganham muito mais do que as pessoas com menos qualificações", salientou o primeiro-ministro, defendendo a importância dos programas governamentais de formação profissional e promoção do emprego.

"Este programa Novas Oportunidades visa melhorar as qualificações dos portugueses, é o melhor contributo para o emprego mas também para reduzir as desigualdades", sublinhou o primeiro-ministro.

José Sócrates elogiou ainda "a coragem, o esforço e o empenho de aqueles que não desistem de investir

em si próprios", salientando que esse esforço reverte a favor das famílias de cada um, mas também representa um contributo importante no combate às desigualdades no país.

Na cerimónia que decorreu no Centro de Formação, que tem actualmente 1000 formandos, o primeiro-ministro presidiu também à assinatura de diversos acordos para a criação de seis novas empresas que vão criar 12 postos de trabalho e à assinatura de quatro acordos no âmbito da estratégia para a integração na vida activa de pessoas com deficiência.

Pobreza dominante na comunidade cigana preocupa deputados do PS

A ETNIA cigana no nosso país "é, na sua maioria, muito pobre e vive numa situação de clara marginalidade na sociedade portuguesa", alertou a responsável pela Subcomissão Parlamentar de Igualdade de Oportunidades e Família, Maria do Rosário Carneiro, na Régua.

A deputada socialista encabeçou um grupo de parlamentares que, nos dias 15 e 16 de Dezembro, foram ver "in loco" a comunidade de portugueses ciganos na Régua, Lamego, Barcelos e Coimbra.

A responsável referiu que a marca mais evidente desta comunidade é de se tratar de uma população que, "na sua esmagadora maioria, vive numa situação de pobreza global, quer do ponto de vista do rendimento, quer da habitação, saúde e da inclusão".

"Também há uma percepção clara de que um número maioritário desta população vive em situação de dependência do Rendimento Social de Inserção, sem que este

promova a integração destas pessoas no tecido social", acrescentou.

Outra das constatações da deputada é que os jovens ciganos "até podem" concluir a escola e a formação profissional, mas depois não há mercado de trabalho que os acolha.

"Ou seja, eles não têm forma de se autonomizarem nem de eliminar este modelo, que é inaceitável, de permanência de uma comunidade sobreviver numa base de subsídios que lhe garantam a sua subsistência", salientou, acrescentando que estas "discriminações no acesso ao emprego e à habitação são factores objectivos que dificultam uma integração".

A visita dos deputados à comunidade cigana insere-se num vasto trabalho, que já dura há seis meses, de audições de portugueses ciganos, de associações que trabalham com esta comunidade, de entida-



des e investigadores com marcada intervenção nesta área, bem como de representantes de autarquias, da Segurança Social, das Direcções Regionais de Educação e do Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

"Importava perceber por que é que esta comunidade, que é portuguesa, permanece nesta situação de pobreza e perceber como se conseguir que as políticas passem a ter eficácia", referiu Maria do Rosário Carneiro.

A Subcomissão Parlamentar de Igualdade de Oportunidades e Família vai agora preparar um relatório sobre esta matéria que será entregue em Janeiro, na Assembleia da República.

Governo pode antecipar novas linhas do Metro do Porto

A TOTAL abertura do Governo para antecipar os prazos de execução de algumas das novas linhas do Metro do Porto foi manifestada pelo ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino.

“O plano que a comissão executiva do Metro apresentou não é um plano fechado. O Governo está aberto a apreciar alternativas e melhoramentos, designadamente no problema dos prazos de execução” disse, salientando que “é uma questão de ‘time’ e ‘money’”, mas que “há margem de manobra para isso”.

Mário Lino falava no dia 16 durante a cerimónia da consignação ao consórcio Somague/Soares da Costa/Mota Engil/Monte Adriano/Efacec da empreitada de construção da Linha de Gondomar do Metro do Porto, entre o Estádio do Dragão e a Venda Nova, num total de 6560 metros e 10 novas estações, orçada em 135 milhões de euros e a concluir em 560 dias.

O ministro sublinhou que o Governo terá “todo o empenho em antecipar” algumas das datas previstas e reafirmou a “determinação em avançar” no projecto do



Metro do Porto.

“Reconhecemos a sua importância e urgência e estamos a concreti-

zar obras, não é só paleio”, sustentou, acrescentando: “Não conheço muitos governos que tenham feito

tanto investimento e força para desenvolver a Área Metropolitana do Porto, tem sido feito muito

trabalho para esta região”.

Reafirmando a ideia do Governo de que o investimento público é essencial para relançar a economia no actual contexto de crise internacional, Mário Lino afirmou que “não vale a pena tentar por paus na engrenagem para ver se as coisas não andam” e defendeu a legitimidade de recurso ao endividamento para financiar o Metro do Porto.

“O Governo está determinado a avançar, contra ventos e marés”, garantiu, apelando ao “sentido de responsabilidade de todos os envolvidos – nomeadamente os autarcas – para que se encontrem as melhores soluções”.

A secretária de Estado dos Transportes recordou, por sua vez, terem sido investidos até agora 1,813 milhões de euros no Metro do Porto, a que se somam mais 330 milhões em material circulante.

Garantindo que a proposta de expansão do Metro do Porto “cumpre integralmente o memorando de entendimento”, Ana Paula Vitorino destacou a importância da extensão da Linha da Trofa, confirmando que o concurso para a sua construção, em via dupla, será lançado no início de 2009.

Socialistas congratulam-se com avanço do Metro do Porto

O ANÚNCIO da construção da Linha do Metro entre o Estádio do Dragão e a Venda Nova, no concelho de Gondomar, mereceu o aplauso das estruturas do Partido Socialista do Porto e de Gondomar que felicitaram o Governo pela consignação da empreitada. Criam-se assim, dizem os socialistas, as condições indispensáveis para o cumprimento das metas estabelecidas no memorando de entendimento e no plano de desenvolvimento do Metro do Porto.

Depois de uma fase de estagnação no seu desenvolvimento, recorda o PS, o projecto do Metro volta a entrar em velocidade de cruzeiro com mais este passo “de crucial importância” para o progresso e o desenvolvimento deste território, e para a “melhoria da qualidade de vida e mobilidade dos seus cidadãos”.

Esta iniciativa acrescentam ainda os socialistas, representa um primeiro passo para a chegada do metropolitano ao concelho de Gondomar, exortando o Governo a “envidar todos os esforços” no sentido de antecipar as metas para a entrada na exploração da outra linha projectada que servirá igualmente Gondomar, e que ligará este município à estação de Campanhã



via Valbom.

Para as estruturas socialistas do Porto e de Gondomar esta iniciativa do Governo vem criar um ambiente completamente contrário à atitude evidenciada pelo presidente da Junta Metropolitana e presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, que, face a um projecto

tão importante para a região e especialmente num momento de crise em que o investimento público ganha ainda maior relevância, “tudo tem feito para obstaculizar a expansão do Metro do Porto, condicionando a satisfação do interesse comum à sua agenda política particular”. R.S.A.

RUI RIO SONEGA INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA METROPOLITANA DO PORTO

O GRUPO Parlamentar do PS na Assembleia Metropolitana do Porto (AMP) votou no dia 15 contra o Plano de Actividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos da AMP para o ano de 2009, inviabilizando assim a aprovação dos documentos da Junta Metropolitana.

A declaração de voto entregue pela bancada do Partido Socialista refere que “o voto contra se deveu ao facto de ter sido sonegada informação absolutamente decisiva para a formação de um voto consciente e convicto”.

“A Junta Metropolitana, que mais uma vez não se fez representar pelo seu presidente, Rui Rio, apresentou um documento onde 76% do seu conteúdo é referente à contratualização de verbas do QREN entre a AMP e a CCDR, num montante global superior a 200 milhões de euros, passando a Junta Metropolitana em 2009 a ter o poder de decidir sobre a alocação dessas verbas a cada um dos municípios metropolitanos”, acusam os socialistas.

Perante os “insistentes pedidos” da bancada parlamentar do Partido Socialista, para designadamente conhecer com mais pormenor a afectação territorial concelho a concelho de tão avultadas verbas, a resposta da Junta Metropolitana “ficou-se pela não resposta e pela afirmação de que tal informação não seria possível facultar por motivos de ordem técnica, chegando inclusive o vice-presidente da Junta Metropolitana do Porto, Castro Almeida, a propor a votação exclusiva de 24% do documento, ignorando assim 3/4 do Plano para 2009, entretanto aprovado como um todo”, referem os socialistas em comunicado, assinado pelo coordenador do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Metropolitana do Porto, José Manuel Ribeiro.

Perante o quadro “surreal” criado, os eleitos do Partido Socialista denunciaram, mais uma vez, “a total falta de respeito” por parte da Junta Metropolitana do Porto, e do seu presidente em particular “que não se digna ‘descer ao nível da Assembleia Metropolitana, bem como a preocupante falta de transparência no processo de gestão de centenas de milhões de euros do QREN na Área Metropolitana do Porto”.

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Metropolitana do Porto “temem que se esteja a viver um autêntico processo de ‘FEFIZAÇÃO’ das verbas do QREN para os 16 municípios metropolitanos, durante a vigência do programa, e que ninguém sabe muito bem como vão ser distribuídas, município a município, mas que seguramente após 2013, todo o país e muito em particular a população da Área Metropolitana do Porto vai pedir contas”.

“Este Governo já foi mais longe na reforma da política

Portugal encontra-se entre os potenciais cumpridores do protocolo de Quioto, afirma Humberto Rosa, destacando dados recentes da Agência Europeia de Ambiente. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o governante manifesta o “orgulho e satisfação” pela “revolução tranquila” que tem vindo a ser feita em todas as áreas do ambiente.

E defende que “este Governo foi porventura mais longe que qualquer outro na reforma da política de ambiente, facto para que também contribuiu a estabilidade governativa de um mandato não interrompido”.

Qual o ponto da situação de Portugal no que respeita ao cumprimento das metas acordadas no Protocolo de Quioto?

Portugal tem uma situação peculiar em relação às suas metas de Quioto. Por um lado, e no contexto da partilha de esforços intra-UE, foi o país desenvolvido a quem foi atribuída a maior subida percentual de emissões em relação ao ano-base: 27% de aumento máximo em relação a 1990. Quando o Protocolo de Quioto foi aprovado, houve mesmo quem tentasse acusar Portugal como “mau exemplo”, como um país desenvolvido que queria poluir mais! Mas a verdade é que há outra forma, mais esclarecedora, de olhar para os números de Quioto, que é numa base de emissões por habitante. Se fizermos essas contas, veremos que as metas nacionais são das mais exigentes de entre a UE a 15, e ainda das mais exigentes na UE a 27. A explicação é simples: o nosso país não estava verdadeiramente desenvolvido no ano-base de 1990, uns meros quatro anos após a adesão à UE. É por isso muito compreensível que estejamos hoje consideravelmente acima das nossas metas. No entanto, temos reconhecidamente um dos conjuntos mais ambiciosos de medidas internas de redução de emissões em múltiplos sectores de actividades, como o são as medidas agrupadas no Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC). Isso é atestado, por exemplo, pelo facto de ficarmos nos lugares cimeiros nos ‘rankings’ dos países desenvolvidos em função das suas políticas para as alterações climáticas, feitos e divulgados anualmente por ONGs de ambiente. Outro pilar do nosso cumprimento das metas de Quioto é o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE), através do qual se limita o montante de emissões do sector industrial e electroprodutor. E o 3º pilar é o Fundo Português de Carbono (FPC), através do qual o Estado português investe na aquisição de créditos de redução de emissões adquiridos através de mecanismos de flexibilidade do

Protocolo de Quioto. O ponto de situação denota a necessidade de mais esforço, acompanhamento e reforço do PNAC, uma vez que várias medidas têm atrasos consideráveis, e é o que estamos a fazer com os diversos ministérios e entidades proponentes. Realço no entanto que a própria Agência Europeia do Ambiente, em relatório recente, coloca Portugal entre os potenciais cumpridores de Quioto. Está ao nosso alcance, e é esse o caminho.

No momento da aprovação do OE para 2009 surgiram na opinião pública algumas dúvidas sobre a efectiva aposta do Estado Português no Fundo Português de Carbono (FPC). Qual a sua opinião?

O FPC é absolutamente indispensável para que Portugal possa cumprir Quioto, visto ser estruturalmente impossível obter todas as reduções de emissões necessárias apenas através de medidas e políticas internas, nacionais. Isto compreende-se pelo que acima referi, sobre o montante de ‘carbono per capita’ muito exigente que o Protocolo de Quioto nos atribui. Não há, por isso, qualquer possibilidade de o Estado português deixar de apostar no FPC, através do qual pode recorrer aos mecanismos de flexibilidade de Quioto, tanto mais que não cumprir Quioto não é uma alternativa - nem à luz dos nossos compromissos face à ONU, nem à luz dos compromissos comunitários, que se tornaram deveres tão incontornáveis como, por exemplo, as regras de adesão ao euro. O que sucedeu na aprovação do OE 2009 foi a constatação que os montantes que foram consignados ao FPC não lhe reduzem o défice orçamental, e antes o agravam, o que naturalmente não me deixa sossegado nem satisfeito. Considero fundamental reforçar o FPC com verbas suplementares ainda em 2009, repondo pelo menos os montantes que o próprio Conselho de Ministros entendeu que lhe são devidos anualmente. A razão é simples: sendo incontornável o dever de cumprir as metas de Quioto, o país tem que obter créditos de emissão o



mais cedo possível, enquanto o preço da tonelada de carbono estiver mais barato, e para isso precisa de investir cedo; não o fazer é impor um custo muito maior aquando do ano de verificação do cumprimento, que será 2012, pois nessa altura os custos do carbono serão seguramente muito maiores.

Quais têm sido as principais acções do Fundo Português de Carbono?

O FPC tem estado muito activo, procurando os melhores investimentos para as verbas significativas de que, mau grado o seu défice, tem auferido. O Fundo começou por apostar na obtenção de créditos de redução de gases com efeito de estufa (GEE) através do investimento em fundos especializados geridos por terceiros. Neste momento já comprometeu cerca de 73 milhões de euros, até 2012, em quatro fundos deste tipo, correspondendo a uma estimativa de redução de emissões de 6 milhões de toneladas de carbono, e desembolsou cerca de 36 milhões de euros. O FPC está agora a trabalhar no sentido de obter créditos através do investimento directo em mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto, especialmente o chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, pelo qual se investe em países sem metas de redução, obtendo reduções que geram créditos para o país investidor. Temos um empenho particular em tentar conseguir tais investimentos em países da CPLP, com os quais vimos firmando memorandos de entendimento para o efeito. Finalmente, o FPC lançou um concurso de apoio a projectos em Portugal que possam gerar redução

de emissões de GEE adicionais às das medidas do PNAC. Houve uma dezena de candidaturas muito prometedoras, as quais estão em apreciação, e cujos resultados esperamos divulgar durante Janeiro de 2009.

O que pensa da aprovação pelo Conselho Europeu no passado dia 11 de Dezembro do pacote energia/clima?

Considero que a aprovação do pacote energia-clima foi importantíssima para a Europa e para o mundo. Diria mesmo que se tratou de um Conselho Europeu histórico, cujo significado foi amplificado pelo contexto em que decorreu. Nesse mesmo Conselho aprovou-se um pacote de medidas para fazer frente a uma crise económica sem paralelo, e isto quando decorria a Cimeira do Clima da ONU em Poznań, Polónia. Ao aprovar este conjunto de medidas, a UE deu dois importantes sinais ao mundo. Em primeiro lugar, comprovou que é único bloco que continua a liderar o combate às alterações climáticas, criando a pressão política necessária para outros países desenvolvidos, sejam os EUA, o Japão ou a Austrália, assumirem mais o seu papel, e adoptarem medidas comparáveis. Em segundo lugar, os líderes da UE mostraram que a crise climática e a crise económica se podem combater ao mesmo tempo, em sinergia e reforço positivo, não sendo de modo nenhum objectivos incompatíveis. Ficou assim traçado o caminho que a UE seguirá até 2020 para construir uma nova economia, mais ambiental e mais sustentável, menos dependente de emissões de GEE e mais baseada nas energias renováveis. A aprovação do pacote

energia-clima é importantíssima para o mundo, por demonstrar como é possível partilhar esforços de redução de emissões e de reforço das energias limpas dentro de um bloco de países heterogéneos nas suas condições energéticas, económicas e de desenvolvimento relativo. Ao mostrar que é capaz de ser ambiciosa e pró-activa no combate às alterações climáticas, sem limitar o seu desenvolvimento económico, a UE mostra aos outros que também o podem fazer.

Quais os principais objectivos do pacote energia clima?

O pacote energia-clima inclui várias peças de legislação europeia que visa combater as alterações climáticas, bem como promover as energias renováveis e a eficiência energética. Em Março de 2007, o Conselho Europeu adoptou o chamado pacote 20-20-20, em que a UE se comprometeu, até 2020, em aumentar a eficiência energética em 20%, obter 20% da sua energia total (incluindo electricidade e transportes) através de fontes de energia renováveis, e reduzir as suas emissões totais de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 20% - podendo este valor aumentar para 30%, no contexto de um acordo internacional a firmar na Conferência de Copenhaga, em 2009. O pacote energia-clima que foi agora aprovado especifica como é que a UE vai atingir essas metas até 2020, definindo as responsabilidades de cada país no cumprimento das mesmas. O pacote revê o sistema de comércio europeu de licenças de emissão, estabelecendo os critérios que se vão aplicar à atribuição de licenças aos diversos sectores industriais, com predomínio do

Secretário de Estado do Ambiente

“Longe do que qualquer outro política do ambiente”

leilão para o sector electroprodutor. Reparte ainda os esforços dos Estados-Membros quanto aos chamados sectores difusos (transportes, edifícios e serviços, agricultura, etc.), não abrangidos pelo comércio de licenças de emissão.

Portugal terá condições para cumprir esses objectivos?

Sim, desde que se esforce! Considero a repartição de esforços do pacote energia-clima mais justa que a do Protocolo de Quioto, por ter recorrido a um critério de riqueza relativa dos Estados-membro. O pacote energia-clima terá entre 2012 e 2020 um enorme impacto na economia nacional. Ele impõe-nos metas exigentes no campo das energias renováveis, em que Portugal terá que assegurar 31% de fontes renováveis no consumo energético total, e limita as nossas emissões totais de GEE nos sectores difusos, que não poderão crescer mais de 1% até 2020 em relação a 2005. Ao contrário do que sucedeu quando ratificámos o Protocolo de Quioto, quando assumimos metas muito exigentes sem termos plena noção de que o eram, hoje sabemos melhor o que significam para Portugal as metas do pacote. Significam um esforço considerável, mas estão ao nosso alcance se concretizarmos as políticas ambiciosas que temos delineadas. Antes de mais isso significa que até 2012 teremos que concretizar os objectivos e medidas do PNAC, reforçar os investimentos do FPC, concretizar o plano nacional de eficiência energética, e de uma forma geral continuar a ‘descarbonizar’ a nossa economia.

O ministro Nunes Correia fez recentemente um balanço positivo da 14ª Conferência da ONU sobre Alterações Climáticas que decorreu na Polónia. Que novidades trouxe esta iniciativa?

A Cimeira do Clima de Poznań foi mais uma oportunidade para todos os países membros da Convenção-Quadro sobre Alterações Climáticas da ONU discutirem a nível ministerial o futuro do regime climático internacional. Os seus resultados foram muito positivos. São de salientar três aspectos mais relevantes: a plena operacionalização do Fundo de Adaptação às Alterações Climáticas; a aprovação da Estratégia de Poznań para a Transferência de Tecnologia; e a conclusão do processo de avaliação e balanço do Protocolo de Quioto. Sendo esta uma conferência intermédia a meio caminho entre a Cimeira de Bali (2007) e a de Copenhaga (2009),

não seria realista nem possível esperar que fosse em Poznań que se definissem metas de redução de emissão, ou que se alcançasse algum tipo de pré-acordo global. Nenhum país podia assumir posições definitivas agora, porque perderia espaço negocial até Copenhaga, que será, essa sim, a Cimeira decisiva. Para além disso, os EUA, que são um dos países mais relevantes neste processo e que na era de Bush estiveram a remar para trás, estavam em fase de transição entre Administrações, pelo que tiveram uma capacidade limitada de se envolverem nas negociações de Poznań. Foi a UE, com o seu pacote energia-clima e reafirmando a validade das suas metas unilaterais, que marcou pelo exemplo e pela liderança mais esta Cimeira do Clima.

Quais são as suas expectativas relativamente ao acordo contra o aquecimento global que deverá sair de Copenhaga e substituir Quioto em 2012?

Ainda não sabemos se o acordo de Copenhaga será um verdadeiro substituto, ou mais uma renovação e prolongamento, do Protocolo de Quioto. Independentemente do seu figurino legal, este futuro acordo deve ser ratificável por todas as partes a tempo de entrar em vigor no dia 1 de Janeiro de 2013, evitando que exista um período de vazio legal após o final do período de cumprimento de Quioto, que vai até ao fim de 2012. Quanto ao seu conteúdo, deverá incluir os pilares essenciais definidos no Roteiro de Bali, cuja aprovação em Dezembro de 2007 em muito se deveu à liderança da UE sob Presidência portuguesa. Estes pilares incluem uma visão de longo prazo de redução global de emissões até 2050, partilhada por países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento, que não deverá ser menos que 50% em relação a 1990. Para o período 2013-2020, os países desenvolvidos deverão adoptar metas obrigatórias de redução das emissões, enquanto que os países em vias de desenvolvimento deverão adoptar medidas e acções que desacoplem o seu crescimento económico do crescimento das suas emissões, recebendo para o efeito apoio tecnológico e financeiro, tudo isto numa base mensurável, verificável e reportável. Outros pilares

importantes do acordo de Copenhaga deverão incluir a transferência de tecnologia, o apoio à adaptação às alterações climáticas, e as questões da florestação e desflorestação. Um elemento muito importante, até para poder permitir maior ambição nas metas de redução dos países desenvolvidos, será a verificação da comparabilidade dos esforços dos vários blocos. Mas em suma, a minha expectativa é que o mundo alcance o acordo global ambicioso de que necessita com urgência, para conter o aumento médio de temperatura do globo em limites que evitem alterações climáticas perigosas ou catastróficas, e que permitam a prazo a reestabilização da atmosfera numa composição favorável aos seres humanos.

Que comentário lhe merece as reacções de algumas organizações ecologistas que têm vindo a contestar vários projectos PIN do ponto de vista da sua sustentabilidade ambiental?

Compreendo essas reacções,

“A Agência Europeia do Ambiente, em relatório recente, coloca Portugal entre os potenciais cumpridores de Quioto. Está ao nosso alcance e é esse o nosso caminho”

“O significado de o seu interesse nacional ser potencial é precisamente que o PIN têm que passar por um crivo de avaliação da sua sustentabilidade ambiental e territorial”

numa óptica da estratégia e objectivos próprios das ONG de ambiente, mas acho que se alimentam de uma ideia errónea sobre o próprio conceito e regras dos projectos PIN. Em primeiro lugar, os PIN não são a priori projectos de interesse nacional, mas tão-somente de potencial interesse nacional. Esta é uma distinção importante. O significado de o seu interesse nacional ser potencial é precisamente que os PIN têm que passar um crivo de avaliação da sua sustentabilidade ambiental e territorial, crivo esse que é feito por entidades do Ministério do Ambiente. Não teria qualquer sentido atribuir interesse nacional a um projecto incompatível com o ambiente e o território! Com pouca visibilidade para a opinião pública, a verdade é que mais de 30% dos projectos candidatos a PIN são chumbados precisamente por razões de sustentabilidade ambiental e territorial. E depois de aprovados

ainda têm de se defrontar com toda a legislação ambiental aplicável “a posteriori”, em particular, quando é o caso, com a avaliação de impacte ambiental. Tem-se instalado a ideia absolutamente falsa de que o estatuto de PIN é algum tipo de salvo-conduto para ultrapassar a legislação, quando não é mais do que um canal para a celeridade da apreciação dos projectos em causa pela Administração, seja para os viabilizar, seja para os inviabilizar. É de alguma forma lastimável que a deturpação persistente sobre os PIN sirva a alguns de cortina de fumo para esconder o verdadeiro alcance da política de ambiente que vimos promovendo em todas as frentes, desde que assumimos este mandato governativo.

Como funciona e quais os objectivos do serviço de atendimento “SOS – Ambiente – 808 200 520”, que é um serviço disponível 24 horas por dia durante todo o ano?

A antiga “Linha SOS Ambiente” passou a chamar-se “Linha SOS Ambiente e Território” em 2006, estando disponível 24 horas por dia, através da linha azul 808 200 520. O seu objectivo é permitir aos cidadãos alertarem rapidamente as autoridades para a ocorrência de infracções à legislação de ambiente, e desde 2006 também de ordenamento de território. Tanto quanto posso avaliar o serviço funciona bem e é muito apreciado pelos cidadãos, tendo recebido cerca de 7000 chamadas em 2008. Todo o atendimento e triagem de chamadas é centralizado no Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana (SEPNA/GNR), que encaminha a informação recebida para as suas unidades no terreno ou, quando a natureza das denúncias o justifique, para a Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAOT) ou outras entidades relevantes do Ministério, como as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, ou o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. O serviço é acessível também por Internet, podendo fazer-se denúncias online através dos sítios da GNR (www.gnr.pt) e da IGAOT (www.igaot.pt), e de vários outros serviços do Minis-

tério do Ambiente. Com periodicidade mensal, o SEPNA/GNR envia à IGAOT uma base de dados com todas as chamadas e mensagens recebidas e o encaminhamento dado aos respectivos processos, para centralização e acompanhamento de toda a informação. Julgo que esta Linha, que pré-existiu mas reforçámos, é um caso de sucesso.

Quais vão ser as principais prioridades da sua Secretaria de Estado para o ano 2009?

Devo dizer, à laia de balanço destes três anos e meio de mandato, que tenho um grande sentido de orgulho e satisfação pelo que considero uma verdadeira revolução tranquila que vimos empreendendo paulatinamente em todas as áreas do ambiente, das águas aos resíduos, das alterações climáticas à qualidade do ar, da avaliação de impacte ambiental ao licenciamento ambiental, da conservação da natureza à responsabilidade ambiental, etc. Julgo que o futuro mostrará que este Governo do PS foi porventura mais longe que qualquer outro na reforma da política de ambiente, facto para que também contribuiu a estabilidade governativa de um mandato não interrompido. Mas ainda temos boa parte de 2009 para continuar a servir o ambiente e os portugueses. Em traços gerais, tenho definidas prioridades para as quatro grandes áreas em que tenho competências delegadas pelo nosso Ministro, que são as alterações climáticas, a conservação da natureza e biodiversidade, os resíduos, e o controlo da poluição e qualidade do ambiente. Entre elas destacaria: atenção especial ao reforço da capacidade nacional de atingir as metas de Quioto, e elaboração das bases para uma estratégia nacional de adaptação às alterações climáticas; adopção de medidas para a qualidade do ar nos grandes centros urbanos; medidas de prevenção da produção de resíduos, e de reforço da capacidade de aproveitamento dos resíduos como fontes de energia e de matéria-prima; avanços nos sistemas integrados de tratamento de efluentes agro-pecuários; continuação da acção nacional de erradicação de sucateiras ilegais; lançamento da eliminação de passivos ambientais em zonas poluídas; reforma do sistema de controlo do comércio de espécies ameaçadas; revisão de alguns planos de ordenamento desactualizados de áreas protegidas; reforma e estímulo do sistema aplicável ao turismo de natureza; extensão da Rede Natura 2000 ao mar; e continuação de acções de requalificação e reposição da legalidade em áreas protegidas.

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

A FORÇA DOS NÚMEROS

NOS últimos três anos, através da concretização do Plano Tecnológico, Portugal fez uma aposta determinada no conhecimento, na inovação e na tecnologia para melhorar as condições competitivas da nossa economia e fomentar a coesão social e territorial.

Mesmo com orçamentos globalmente restritivos os recursos para a ciência e a tecnologia subiram sempre de forma significativa. Esse esforço começa agora a reflectir-se no potencial de que dispomos, revelado no Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico 2007, cujos dados ficaram agora disponíveis.

Segundo esse inquérito, já validado pelo Instituto Europeu de Estatística (Eurostat), o investimento das empresas portuguesas

“O aumento do investimento em I&D teve um aumento mais do que exponencial, crescendo 80 vezes nos últimos dois anos”

em Investigação e Desenvolvimento atingiu 0,61% do PIB em 2007, duplicando praticamente o valor apurado em 2005. O valor agregado passou para 1,18% o que coloca Portugal como o 15º país com maior investimento em I&D na UE, abandonando os habituais lugares da cauda do pelotão neste sector. Em domínios económicos críticos como a energia, o aumento do investimento em I&D teve um aumento mais do que exponencial, crescendo 80 vezes nos últimos dois anos.

Estes números positivos, que só não são surpreendentes porque resultam duma aposta política determinada e persistente, reflectem-se também no número de cientistas a tempo inteiro no nosso país, que são agora 28 mil e na estrutura do corpo docente das universidades que passou a ser maioritariamente possuidor de doutoramento.

A crise económica que assola o mundo esconde ainda em larga medida o impacto económico desta dinâmica. Sabemos todos, no entanto, que a relação entre conhecimento e criação de riqueza é directa e inequívoca. Podemos esperar, por isso, assim que o mau tempo global levantar um forte impulso na competitividade da nossa economia, na criação de emprego e no bem-estar dos portugueses.

É a força dos números a vir ao de cima, em resultado das políticas correctas e assertivas que têm vindo a ser aplicadas.

Jantar de Natal do GP/PS

PS é o grande partido popular da esquerda democrática



José Sócrates classificou o PS como “o grande partido popular da esquerda democrática e da esquerda moderada em Portugal”, defendendo que foi o seu Governo quem criou mais políticas sociais nos últimos 30 anos.

“OS PORTUGUESES sabem bem quem nós somos. Somos o grande partido popular da esquerda democrática e da esquerda moderada em Portugal”, disse o líder socialista, José Sócrates, no discurso que efectuou no dia 17, no jantar de Natal do Grupo Parlamentar do PS, motivando uma prolongada salva de palmas dos deputados.

Numa intervenção em grande parte centrada na área social, o líder do PS disse que “nos últimos 30 anos, não me lembro de terem sido criadas tantas políticas sociais como com este Governo”, afirmando “orgulhar-se” de chefiar um Executivo “com consciência social”.

José Sócrates lembrou, a propósito, que nos últimos três anos e meio aumentaram os valores do abono de família, dos

subsídios aos passes escolares, a abrangência da acção social escolar, as deduções fiscais para os créditos à habitação e desceu o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

E sublinhou ainda que o actual Governo procedeu “ao maior aumento de sempre do salário

mínimo, que continuará a subir em 2009” e que “180 mil idosos saíram da pobreza em consequência da aplicação do complemento solidário para idosos”.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro comentou ainda “a surpresa que alguns tiveram nos dois últimos dias, quando o Instituto Nacional de Estatística concluiu que as desigualdades sociais se reduziram” no ano passado.

“Em 2007, grande parte das nossas medidas sociais ainda não estavam incorporadas. Por isso,

estou certo que as desigualdades sociais vão continuar a baixar em 2008”, disse.

Sócrates reiterou ainda que foi o objectivo do Governo de “pôr as contas públicas em ordem” que permite agora a implementação de mais políticas sociais e de combate à crise, através de medidas de protecção das empresas e dos empregos.

“O Estado Social é para ajudar quem precisa. Num momento em que está a ser preciso, o Estado Social disse presente”, afirmou, salientando que o seu Governo “honra a história do PS”.

Antes, o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Alberto Martins, defendeu que a par da liberdade o valor da solidariedade “é um dos traços identitários” do nosso partido.

“Perante a maior crise económica desde 1929, é seguro ter o PS no Governo”, disse, num discurso em que defendeu que “os tempos difíceis são também tempos de mudança e de esperança”.



Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o “Acção Socialista” em formato digital, no próprio dia? Envie-nos o seu e-mail em <http://webmail.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html>